



A EDUCAÇÃO POPULAR EM MANOEL BOMFIM E LEONEL BRIZOLA

Marcelo Agostinho Bezerra

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Aluizio Alves Filho

Rio de Janeiro

Junho de 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

A EDUCAÇÃO POPULAR EM MANOEL BOMFIM E LEONEL BRIZOLA

Marcelo Agostinho Bezerra

Orientador: Aluizio Alves Filho

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Dr. Aluizio Alves Filho

Prof. Dr. Valter Duarte Ferreira Filho

Prof. Dr. Luiz Eduardo Pereira da Motta

Prof. Dr. Paulo Baía

Rio de Janeiro
Junho de 2009

BEZERRA, Marcelo Agostinho.

A Educação Popular em Manoel Bomfim e Leonel Brizola/
Marcelo Agostinho Bezerra - Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2009.

xi, 104f.: il.; 31 cm.

Orientador: Aluizio Alves Filho

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política, 2009.

Referências Bibliográficas: f. 101-104.

1.Educação Popular. 2. Instituições políticas. 3. Mídia e política. I. Bezerra, Marcelo Agostinho. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciência Política. III. A Educação Popular em Manoel Bomfim e Leonel Brizola

RESUMO

A EDUCAÇÃO POPULAR EM MANOEL BOMFIM E LEONEL BRIZOLA

Marcelo Agostinho Bezerra

Orientador: Aluizio Alves Filho

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

O presente trabalho pretende tratar a questão da educação popular sob o prisma de dois atores sociais brasileiros do século passado: Manoel Bomfim e Leonel Brizola. O primeiro desenvolveu seu trabalho nos primeiros anos da República no Brasil até o fim da República Velha/início do primeiro governo Vargas, e o segundo começou no período do segundo governo de Vargas, e se destacou na política brasileira a partir deste momento até sua morte em 2004. A proposta pedagógica de Bomfim será analisada e colocada em destaque sobretudo com a relação a importância da educação para a inclusão das massas populares. Com relação a Brizola será mostrado o valor que este ator social deu a educação durante toda a sua vida política, seja como ocupante de cargos no legislativo ou no executivo, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Principalmente, neste último caso no seu programa pioneiro de educação desenvolvido com Darcy Ribeiro, os CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública -.

Palavras-chave: educação popular, democracia, instituições políticas, mídia e política.

Rio de Janeiro

Junho de 2009

ABSTRACT

POPULAR EDUCATION IN MANOEL BOMFIM AND LEONEL BRIZOLA

Marcelo Agostinho Bezerra

Orientador: Aluizio Alves Filho

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

This work intends to address the issue of education in the light of two Brazilian social actors of the past century: Manoel Bomfim and Leonel Brizola. The first developed his work in the early years of the Republic in Brazil until the end of the Old Republic / beginning of the first Vargas government, and the second period began in the second government of Vargas, and stood out in Brazilian politics from this moment until his death in 2004. The proposal of pedagogical Bomfim be analyzed and placed particular emphasis on the relationship of education to inportância for the inclusion of the masses. With respect to Brizola will show the value that this actor has a social education throughout their political life, either as occupying positions in the legislative or executive, in Rio Grande do Sul and Rio de Janeiro. Especially, the latter in its pioneering education program developed by Darcy Ribeiro, the CIEPs - Integrated Center for Public Education -.

Key words: *popular education, democracy, political institucional, midia and politics.*

Rio de Janeiro

Junho de 2009

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus, autor da minha vida, aquele em quem *pus minha confiança*. Minha família pelo apoio e colaboração em todas as horas. Sandra, meu amor, pelo apoio em todos os momentos felizes e complicados, pela compreensão e carinho (amor, essa vitória é nossa!). Ao professor Dr. Aluizio Alves Filho por transformar um conjunto de boas idéias em um trabalho acadêmico, e tal com oleiro, molda o barro transformando-o em um utensílio assim ele o fez em meu trabalho, obrigado por tudo Aluizio! Ao professor Dr. Valter Duarte Ferreira Filho, professor Dr. Luís Eduardo Pereira da Motta e professor Dr. Paulo Baía, pela colaboração e participação na banca. As professoras Dr^a Liana da Silva Cardoso e Dr^a Maria Lúcia Maciel por ajudem no caminho das pedras que foi a feitura deste trabalho. A professora Dr^a Ingrid Sarti, pelo apoio e colaboração. A Mário Grabois pela cessão de material importante para a dissertação. E aos demais colegas de Mestrado pelas sugestões valiosas que por mim foram utilizadas no presente trabalho.

A Cícero Agostinho Bezerra e Maria José Goulart Bezerra (In Memoriam),
Por me tornarem o Homem que sou.

LISTA DE SIGLAS

AGASA – Açúcar Gaúcho S/A

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento Econômico

CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública

EMOP – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro

IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1. Manoel Bomfim: medicina, docência, política e polêmicas em que se envolveu	5
Capítulo 2. A proposta pedagógica de Manoel Bomfim	14
Capítulo 3. A pedagogia do oprimido de Freire e a pedagogia do excluído de Ribeiro	38
Paulo Freire	
Darcy Ribeiro	
Capítulo 4. Brizola: vida, obra política e preocupação com a educação popular	52
Capítulo 5: Os CIEPs: Símbolos da educação popular de Brizola	68
Planejamento e Consecução do PEE	
Escola e Espaço físico	
Conclusão	94
Referências Bibliográficas	99

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar a questão da educação popular sob o prisma de duas contribuições notáveis: a de Manoel José do Bomfim (1868-1832) e a de Itagiba de Moura Brizola (1922-2004), que se tornou conhecido como Leonel Brizola.

Sobre os dois atores sociais considerados, inicialmente observamos:

I - Manoel Bomfim foi médico, professor, autor de ensaios no campo da história, da sociologia, da pedagogia, da psicologia e também autor de livros didáticos. Possuía larga experiência em sala de aula e no exercício de cargos de direção na área da educação – e um mandato de deputado federal. Na vasta obra que produziu nas primeiras décadas do século XX, a questão da educação popular é relacionada à questão social e, pela primeira vez no Brasil, tratada com propriedade.

II – Quanto a Leonel Brizola, engenheiro por formação e político por vocação, durante toda sua atividade como homem público, que se prolongou por mais de meio século, manifestou ter grande preocupação com a educação popular, tendo incrementando inovadoras políticas públicas na área, mormente nas oportunidades em que exerceu mandato de governador, quer seja no Rio Grande do Sul (1959-1963) ou no Estado do Rio de Janeiro (1983-1986 e 1991-1994).

Preliminarmente é importante ressaltar que o presente trabalho não tem o propósito de comparar os dois atores sociais sob qualquer aspecto, mas apenas colocar em evidência suas propostas e práticas referentes à educação popular; propostas e práticas ocorridas em momentos diferentes da República brasileira. Nos seus primórdios (Manoel Bomfim), durante o período da abertura política (Leonel Brizola). Chama-se de *abertura política* o período de cerca de década que se seguiu as primeiras medidas adotadas pelo governo do general João Batista Figueiredo (1978-1985) visando por fim a ditadura do capital sob a égide de governos militares (1964-1985). Entre as medidas que iniciam a abertura podem ser

alinhadas a Lei da Anistia e a que pôs fim ao bipartidarismo imposto pela ditadura (Arena e MDB), e autorizaram o registro de novos partidos políticos, ambas decretadas em 1979.

Outra questão a ser previamente esclarecida é que não existe uma teoria da educação popular, propriamente dita, formulada nem por Bomfim nem por Brizola. O que o primeiro nos legou foi uma proposta pedagógica de educação que julgava pudesse colaborar para tirar as classes e camadas pobres da população brasileira, em particular, e latino-americana, em geral, da situação de abandono, espoliação e marginalidade em que se encontravam como produto da forma predadora da colonização e do descaso imperial, despertando-lhes o sentido da cidadania capaz de fazer do povo *força atuante* da construção de verdadeiras repúblicas, mais justas e fraternas. Este tema perpassou boa parte de sua obra de publicista e de sua atuação, tanto na curta trajetória política como deputado federal por Sergipe – seu estado natal –, como na longa experiência como educador e administrador na área educacional.

Quando a Brizola a experiência que destacaremos é a dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) que, enquanto governador do Rio de Janeiro, incrementou em seu primeiro mandato, com base em elaboração teórica de Darcy Ribeiro alicerçado em hipóteses do próprio Manoel Bomfim e de outros grandes mestres pedagogos do saber nacional. Em seguida apresentamos um breve sumário dos capítulos que compõe a presente dissertação de mestrado. No primeiro capítulo serão destacados aspectos da vida e da obra de Manoel Bomfim.

Destacaremos questões relacionadas às áreas em que atuou como a medicina (Sergipe, Rio de Janeiro e São Paulo), a breve experiência parlamentar como deputado federal por Sergipe, sua passagem por cargos públicos ligados à educação no Rio de Janeiro (Diretor do Pedagogium e Diretor de Instrução Pública), e algumas implicações da publicação de *A América Latina: males de origem* (1905).

No segundo capítulo, abordaremos e analisaremos as idéias políticas-pedagógicas de Manoel Bomfim, propriamente ditas. O que estará na base do nosso

exame são as considerações de Bomfim a respeito de como, inicialmente, os colonizadores ibéricos e após a independência as elites dirigentes dos países latino-americanos, relegaram as massas populares ao analfabetismo e a pobreza, o que implicou em, historicamente, negar a cidadania às mesmas. A partir destas premissas e com base nas obras *Através do Brasil*, que escreveu de parceria com o poeta Olavo Bilac, e, sobretudo em *Lições de Pedagogia*, pretendemos tornar clara sua tomada de posição com relação a educação.

Como a pedagogia deve ser praticada, de que forma deve contribuir para a construção de um conhecimento que vise tornar o cidadão independente e pronto para enfrentar os desafios do meio em que o cerca, estão entre as questões presentes nos escritos de Bomfim que nos interessam considerar. As críticas de Bomfim a *pedagogia da palmatória*, de castigos, surras e aviltas ao educando serão destacadas e a importância de livro único, para Bomfim e Bilac será ressaltada e analisada.

No terceiro capítulo será analisada a teoria da educação popular de dois importantes educadores brasileiros: Paulo Freire e Darcy Ribeiro. Tendo em vista o conceito de mesma “família” de pensamento proposto por Eduardo Prado Coelho, será abordada a questão de Freire sobre a educação libertária x educação bancária e a de Ribeiro, influenciado por Anísio Teixeira, sobre a educação voltada para as massas excluídas e de programas visando corrigir essa *calamidade* segundo ele. Com relação ao quarto capítulo a vida e obra política de Leonel Brizola serão tratadas colocando em destaques alguns pontos, como a sua luta pela legalidade durante a tentativa frustrada de golpe de 1961, seu desempenho a frente do legislativo e do executivo gaúcho, e sua atuação em prol da educação popular nesses dois poderes especialmente quando Governador do Estado do Rio Grande do Sul, quando construiu uma quantidade maciça de escolas em parceria com diversos setores da sociedade.

No quinto capítulo será analisado o programa especial de educação – PEE – concebido por Brizola e Darcy Ribeiro, no seu primeiro governo a frente do

executivo fluminense, especialmente os Centro Integrados de Educação Pública, os CIEPs. Será mostrado o caminho até a implementação do projeto, a situação em que a rede pública estadual se encontrava na época, a construção das escolas através da Fábrica de Escolas, e a implantação de outros programas complementares necessários a melhor execução do programa, como o mãos a obra nas escolas, animador cultural, os *pais sociais*, o investimento em alimentação, vestimenta, material didático e suporte físico nas escolas para o melhor aprendizado do alunado, a repercussão do programa a nível nacional e internacional e as perseguições que Brizola sofreu durante o seu primeiro governo no Estado do Rio de Janeiro especialmente ao implantar e defender a manutenção de um programa que era novidade no Brasil até o momento.

Capítulo 1

Manoel Bomfim: medicina, docência, política e polêmicas em que se envolveu

Manoel Bomfim, ainda estudante de medicina, publicou artigos em alguns jornais do Rio de Janeiro, como *Correio do Povo* e *Cidade do Rio*. Iniciou sua produção intelectual nesta mesma cidade, onde se formou e o seu primeiro trabalho publicado foi sua tese de doutorado em 1890, *Das Nefrites*. No Rio de Janeiro, Bomfim viria a desenvolver uma vasta obra intelectual que perpassa vários campos do conhecimento como: Sociologia, História, Psicologia e Pedagogia, além de ter ocupado cargos públicos de natureza notadamente política como Secretário de Instrução Pública – o equivalente a secretário municipal de educação nos dias de hoje – e Diretor do Pedagogium, importante centro de formação de professores da capital de então.

Recém-formado, conseguiu emprego como médico da Secretaria de Polícia ¹, chegando a ocupar o posto de tenente. Durante uma excursão que como médico militar fez ao baixo Rio Doce teve a oportunidade de ter contato com índios pela primeira vez. Pode ter, neste momento, sido despertada a sua verve antropológica a que faz menção Darcy Ribeiro em um dos prefácios de *A América Latina: males de origem*.²

Depois de trabalhar dois anos na brigada policial, em 1893, Manoel Bomfim, solicitou licença na corporação e mudou-se para a cidade de Mococa (SP), refugiando-se da perseguição que Floriano Peixoto movia aos que a ele se opunham, como era o seu caso. Durante este período dedicou-se exclusivamente a medicina, evitando envolver-se no cenário político local. Após o falecimento do irmão e a morte prematura da filha, que tentou salvar, sem êxito, abandonou a

1 CONDE AGUIAR, R: O Rebelde esquecido: tempo, vida e obra em Manoel Bomfim Nesta tese de doutorado Ronaldo faz uma “Biografia erudita” da vida de Bomfim, com um material fartamente documentado trás à tona, várias nuances até então desconhecidas da trajetória de Manoel Bomfim.

2 RIBEIRO, D: Manoel Bomfim, antropólogo. Prefácio de *A América Latina: males de origem*, 1993.

profissão de médico, como diz Ronaldo: *a medicina era, agora, apenas uma vocação que ficou para trás*.³ Em 1894 foi desligado da Secretaria de Polícia e depois de tantas decepções se alegrou com o acontecido. No ano de 1895, após passar por um período de aperto financeiro Bomfim foi convidado pelo prefeito de então Pereira Passos – que lhe foi apresentado por seu amigo Alcindo Guanabara – para o cargo de subdiretor do Pedagogium. Instituição criada em 1890, por Benjamin Constant com o objetivo de impulsionar reformas e produzir e agregar idéias para o ensino público do país.

Em 1897, Bomfim foi promovido de Subdiretor a Diretor Geral do Pedagogium. Como Diretor produziu e lançou periódico e revistas ligadas a educação e procurou debater também, questões pertinentes a realidade da nação relacionada à educação. Bomfim foi diretor do Pedagogium por dezessete anos, interrompidos durante o período entre 1905 e 1911 em que, dentre outras atividades, desempenhou o mandato de deputado federal por seu Estado natal. Seu primeiro período como diretor do Pedagogium foi de 1896 a 1905 e o segundo de 1911 a 1919.

Durante sua permanência como diretor do Pedagogium, Bomfim enfrentou dificuldades e percalços variados como a falta de material didático e de verbas para manutenção física e de proventos para os docentes. Em 1898, foi designado para tomar posse em um cargo de maior importância, Diretor de Instrução Pública - função semelhante a de Secretário de Educação atualmente- acumulando este cargo com o de diretor do Pedagogium. Mas convidou Olavo Bilac para responder pelo Pedagogium, interinamente, para responder pela direção do Pedagogium.⁴

Como Diretor de Instrução Pública, Bomfim procurou auxiliar Bilac na liberação de recursos para o Pedagogium e em mudanças administrativas internas para diminuir a Burocracia e melhorar o atendimento ao público. Bomfim permaneceu na Diretoria Geral de Instrução Pública até o início de 1900. Logo

3 CONDE AGUIAR, R. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*, 1998: 116

4 Idem: 160.

depois, retornou a docência e a direção do Pedagogium. Em 1905 voltou a Diretoria de Instrução Pública lá permanecendo até 1907 quando foi eleito deputado federal por Sergipe. Na Câmara, esmerou-se em debater longamente a reforma educacional encaminhada pelo Presidente Afonso Pena.⁵

Esse projeto previa, dentre outras medidas, a viabilização de criação de escolas públicas voltadas principalmente ao ensino primário, e a uma maior intervenção do Estado em questões pertinentes à educação. Seu mandato como deputado federal se encerrou em 1908. Bomfim se candidatou a reeleição mas não obteve sucesso na empreitada recebendo pouquíssimos votos. Após esta derrota não mais tornaria a concorrer a mandato eletivo. Manoel Bomfim participou da criação da Universidade Popular, projeto encabeçado pelo escritor e jornalista Elysio de Carvalho, e na qual lecionou psicologia e pedagogia.⁶ A Universidade Popular durou poucos meses do ano de 1904 e deixou esparsos registros. Polêmico, e por ter militado em diversos setores da sociedade, publicando livros e artigos em vários campos do saber, Bomfim despertava atração e repulsão e, freqüentemente, sofreu ataques de opositores.

O professor Sílvio Romero, intelectual de vasto saber e obra, um conceituado membro da intelectualidade brasileira na época, resolveu polemizar com Bomfim, assim que *A América Latina: males de origem* foi publicado, por não concordar com a análise anti-racista que Bomfim faz para explicar as origens e razões do atraso das nações latino americanas. Sílvio Romero era frontalmente contra a proposta de educação popular defendida por Bomfim, por acreditar - graças ao seu pensamento racista - que as massas incultas e miscigenadas do Brasil não conseguiriam auferir vantagens com nenhuma instrução, pois já no nascimento se encontram inaptas a qualquer forma de educação, pois não teriam capacidades de compreender o que estaria sendo ensinado. Bomfim, chegou a respondê-lo publicamente, apenas em uma carta escrita, a pedido de Walfrido Ribeiro secretário da revista *Os Anais*, a

5 Idem: 261.

6 Idem: 189.

esta mesma revista.⁷

Nesta carta Bomfim afirma que a crítica de Romero ao seu livro é descabida e destemperada, pois o que o move é a inveja e a necessidade de aparecer, de ser o centro das atenções. Sílvia Romero não deixou por menos e respondeu-o atacando-o ainda mais. Bomfim silenciou, não alimentando a polêmica. Segundo Aluísio Alves Filho a questão da “ideologia colonialista” era o ponto de ruptura de posições entre Bomfim e Romero.⁸ Aluísio também destaca que além de Sílvia Romero, Humberto de Campos e Gilberto Freyre estão entre os que criticaram posições adotadas por Bomfim em *A América Latina males de origem*. Humberto de Campos se impressiona por não haver nenhuma palavra que simpatize com o colonizador português. Aluísio deixa implícito que isto não é correto, pois no referido livro Bomfim, diversas vezes, louva Portugal por suas conquistas de além mar.⁹

Aluísio chama ainda atenção para o fato que Gilberto Freyre também alimenta o estereótipo do antilusitanismo de Bomfim, que nas páginas de *A América Latina*, concretamente, critica a forma espoliativa da colonização, e não o “lusitano”¹⁰. Darcy Ribeiro ao falar do entreviro Bomfim X Romero, chama o segundo de “idiota”. *Idiota era Sílvia, coitado. Tão diligente no esforço de compreender o Brasil, mas tão habitado pelos pensadores europeus em moda, que só sabia papagaiá-los.*¹¹ Segundo Darcy, uma das razões para que isto acontecesse era que o discurso de Bomfim, se apresentava tão novo, original e impactante, contrário ao discurso oficial vigente na Academia de então, que Sílvia Romero, polemista por excelência, buscou desconstruir e diminuir o pensamento exposto por Bomfim em *A América Latina: males de origem*.

7 CONDE AGUIAR, R. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*, 1998: 238

8 ALVES FILHO, A. *Pensamento político no Brasil Manoel Bomfim um ensaísta esquecido*, 1979: 45.

9 Idem. Ibidem.

10 Idem: 46.

11 RIBEIRO, D. Manoel Bomfim, antropólogo. Prefácio de *A América Latina: males de origem*, 1993: 12.

Na verdade, o que se depreende da fúria e indignação de Sílvio Romero em relação ao pensamento desenvolvido por Bomfim em *A América Latina: males de origem*, é que este livro incomodou o saber *científico* da época, marcadamente racista. Bomfim não era portador de uma obra extensa e tida como válida e seu discurso incomodava os que se arrogavam de deter o conhecimento científico quando nada mais faziam do que falar em nome da ideologia dominante numa sociedade há pouco saída da escravidão e tipificada por preconceitos que serviriam para justificar grandes desigualdades sociais.

Romero tentou calar Bomfim com recursos usuais nas polêmicas “eruditas” da época, como xingamentos, ofensas e desonras. Bomfim optou por não alimentar torpes discussões e vãs contendas, apenas respondendo singelamente e continuando o seu trabalho de tentar *penetrar nos nevoeiros das aparências*¹² pois julgava necessário mostrar a veracidade de seu discurso analisando a formação histórica e social brasileira sob um outro prisma que nortearia boa parte de seu pensamento: a educação. E principalmente, a educação popular, sobre a qual criou uma teoria que será investigada e analisada no capítulo seguinte.

Faz-se necessário, nesse momento, trazer à tona uma importante discussão que perpassa a obra de Bomfim, que é a da latino-americanidade. Segundo Bomfim, tanto o Brasil como os países vizinhos padeciam de um mal que os igualava: a exploração feita pelos colonizadores, ibéricos. Na verdade, para Bomfim, a nossa igualdade estava numa iniquidade praticada por essas nações, Portugal e Espanha. Na exploração, no avilte, no parasitismo, aí é que estaria a nossa semelhança. De acordo com Bomfim *era nesse passado, nas condições de formação das nacionalidades sul-americanas, que reside a verdadeira causa de suas perturbações actuais*.¹³

Bomfim chega a atacar a sociologia feita nos EUA e na Europa, por relegar aos índios e negros o status de cidadão de segunda classe, sem nenhum direito à

12 BOMFIM, MI. *A AMÉRICA LATINA: males de origem*, 1993: 388.

13 Idem: 53

cidadania, já condenados, portanto, a ocuparem posições de segundo plano. Bomfim, como médico que era, usava da própria teoria de Darwin para refutar os darwinistas e da biologia para explicar as razões de nossa dificuldade para nos tornarmos semelhantes aos países ocidentais desenvolvidos, principalmente os da Europa. Desta forma, ele afirmava que os organismos sociais tem leis próprias mas não podem apresentar *oposição com as que regem a vida dos elementos sociais em particular*.¹⁴

Mantendo em vista este viés que se utiliza uma perspectiva biológica para explicar e compreender a sociedade, Bomfim assevera que as sociedades devem ser analisadas como organismos biológicos e seria isso que fazia da Sociologia uma ciência, ou seja, um *conjunto de factos dependentes de leis fatais tão fatais como as da Astronomia ou da Química, factos estreitamente dependentes e relacionados*.

¹⁵ Era então, segundo Bomfim, necessário a análise da trajetória histórica de Portugal e Espanha, para poder se encontrar razões da incapacidade dos latino americanos em entender o que seria modernidade. Na forma como os países ibéricos se formaram, em sua história, em fatos ocorridos no passado é que se poderia compreender a colonização por eles aqui empregada. Deveria se retornar as invasões dos cartaginenses no século IV, para mostrar como a Espanha, por exemplo, se transformou numa sociedade belicosa e conflituosa depois de oito séculos de encanecidos combates contra os mouros.

Isso acabou criando uma educação guerreira na sociedade e a tornou complacente com os instintos mais destruidores de seus membros. De acordo com Bomfim, uma cultura de saques e conquistas advindas destes acontecimentos anteriores seria uma das importantes características dos povos ibéricos. Com base nesta análise, Bomfim procurou interpretar a forma como o Império Inca e a Confederação Asteca, foi conquistada. Terminada essa fase de aniquilamento, viria outra, a de sedentarismo.

14 Idem: 58

15 Idem: 51

Bomfim lembra que para Portugal a empreitada mostrou-se ainda mais difícil em virtude do pequeno território. Segundo ele, tanto a colônia brasileira quanto a africana, permitiram esse sedentarismo luso, pois nada faziam, permaneciam numa inércia total. Bomfim explana que Portugal *do Brasil retirava, os tributos, dízimos e monopólios, de África, beneficiava-se do tráfico negreiro*.¹⁶ E na Espanha não foi diferente, segundo Bomfim, lá foi formada e estabelecida no poder uma aristocracia abastada e parasitária que impedia o crescimento natural da sociedade, e também, em solo português, a inércia provocada pela exploração contumaz de suas colônias fazia os colonizadores ficarem estagnados. Bomfim viu nessa forma de conceber o processo colonial vinda da ibéria as origens dos males que viriam a afligir a América Latina permanentemente.

Bomfim afirmava que na América do Norte também houve escravidão, mas esta forma de trabalho não atingiu todo o território, como na América Portuguesa. No que se refere a América Latina, Bomfim lembra o quanto foi desastrosa os monopólios e privilégios que eram dados a alguns para a exploração da colônia. Diante dessa situação, diz Bomfim, a América Latina só poderia ser caracterizada pela existência de lutas contínuas e sangrentas, perversão da moralidade, asco ao trabalho livre, ódio ao governo, total desconfiança nas autoridades estabelecidas e desenvolvimento de instintos belicosos. Das pretensas qualidades, que os colonizadores aqui nos legaram, relembra Bomfim, a mais sensível e interessante é a conservação dos maus hábitos, dos vícios. *Na prática, todos esses homens dessas classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina*.¹⁷ Para Bomfim as nossas classes dirigentes de então buscavam e se apagavam a essa espécie torpe de conservação e manutenção da espoliação pela própria forma como estão organizadas. Em momentos de crise aguda, ocorre uma agitação generalizada e o reconhecimento de algumas reivindicações para mudança nos costumes latino-americanos.

16 Idem: 104

17 Idem: 160

Mas diante desta ameaça, as classes dirigentes fazem algumas leis e acreditam que a necessidade social que desencadeou todo esse processo acaba sendo satisfeita. Bomfim afirma que esse modo de enxergar as leis como agente de mudança, vem do fato de que aqui, as Constituições se sucedem sem que a sociedade em geral tome conhecimento delas. Bomfim não participou diretamente do debate sobre a latino americanidade e seus problemas com os intelectuais da época mas ele conhecia esse debate e algumas de suas obras procuravam debater e expor esses problemas. Sua postura em relação aos seus contemporâneos era bastante crítica, pois muitos deles estavam afinados com as teorias racistas vigentes de então.

Dentre esses intelectuais, se encontravam Carlos Octávio Bunge¹⁸, que defendia a divisão da Argentina em classes sociais, que, conformem fossem embranquecendo melhorariam a sua classificação como boa, Alberdi¹⁹, também era criticado pelo desejo de transformar a América Latina em Europa etnicamente, e por fim Alcides Arguedas, não escapou das críticas de Bomfim ao taxar os índios como cruéis e sem ambição.

Cabe aqui inclusive fazer uma citação de Arguedas para ilustrar o que este pensava sobre os índios bolivianos:

En la región llamada *interandina* vegeta, desde tiempo inmemorial, el indio aymará, salvaje y huraño como bestia del bosque, entregado a sus ritos gentiles y al cultivo de ese suelo estéril en que, a no dudarlo, concluirá pronto su raza. La pampa y el indio no forman sino una sola entidad. No se comprende la pampa sin el indio, así como éste sentiría nostalgia en otra región que no fuera la pampa.²⁰

Para Marília Emília Prado, Bomfim *realizou um diagnóstico profundo das razões históricas do denominado “atraso” do Brasil e da América Latina em relação aos países hegemônicos europeus.*²¹ Isso, como foi visto acima, graças ao tipo de

18 BUNGE, C. O. *Estudios filosóficos*. Buenos Aires: La cultura argentina, 1919.

19 ALBERDI, J. B. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, 4ª ed, Buenos Aires, Plus Ultra, 1981.

20 ARGUEDAS, A. *Obras completas*. 1959: 414.

21 EMÍLIA PRADO, M. A questão nacional, a identidade cultural e o passado colonial

colonização empreendido na América Latina e a própria formação histórica de nossos colonizadores. Em *O Brasil na América*, obra escrita em 1929, Bomfim continua seu debate sobre a questão latino-americana procurando negar uma pretensa homogeneidade nessa questão que foi suscitada e absorvida pelos intelectuais brasileiros na época, que atribuíam a todo o continente o estigma de atrasado, inferior e alienado, do ponto de vista norte-americano, e, buscavam, com suas obras, tentar superar os males de origem das nações latinas.

Bomfim demonstra nesse livro, uma firme disposição contra o imperialismo e a busca de um projeto nacional, incorporador, na medida em que cada cultura da região permitisse. Desta forma, a volta ao passado colonial é feito para entender, não o tamanho gerado pelo conflito, mas as transformações decorrentes deste. Bomfim afirma em *O Brasil na América* que a colônia portuguesa foi a primeira a se formar como Nação e que essa colônia teve sua expansão feita de forma natural até encontrar resistência vinda da parte espanhola.²²

brasileiro. Manoel Bomfim e uma interpretação do significado das raízes ibéricas, 2005: 14.
22 BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, 1997.

Capítulo 2

A proposta pedagógica de Manoel Bomfim

Manoel Bomfim afirma em *América Latina: Males de Origem*, que explicar o atraso em que se encontram as nações sul-americanas é algo sobre o qual ninguém até a época em que escreve (1904) se debruçou ainda convenientemente, para achar as verdadeiras causas de atraso, e deduzir delas a forma de proceder, capaz de levar estas sociedades a um futuro radioso. Bomfim afirma que diante dessa anomalia, desconcertante para muita gente, que os *estadistas de vista curta*, segundo ele, acabam emitindo os seus famosos axiomas: o de que o mal vem da instabilidade dos governos, das revoluções freqüentes, da irregularidade do câmbio, do papel-moeda inconversível, da falta de braços... Para Bomfim, estes *estadistas* falam de uma série de sintomas de atraso apresentado como causa; e, então os mais corajosos resolvem cada um por seu turno, combater aquela causa que eles acreditam ser a principal.

De acordo com Bomfim os *estadistas de vista curta* não compreendem que um povo não faz revoluções senão quando uma causa profunda, orgânica, o impele a isto; que as revoluções, e cada uma das outras causas adotadas, ora por esta, ora por aquele, são efeitos e não causas, e são efeitos ligados a uma mesma origem, e que é de suma importância buscar cuidadosamente esta origem, esta causa, para achar o meio de ir combatendo-a lentamente.

Para Bomfim, o mal vem do analfabetismo, da falta de educação para as classes populares e que os “míopes”, reduzidos de vista, não conseguem ver os fenômenos, os efeitos todos, por junto, e menos ainda determinar as relações fatais entre uns e outros; e sentir a necessidade de compreender os fenômenos sociais e o sistema de leis gerais.

Bomfim afirma que uma das razões para o atraso brasileiro é o conservadorismo das classes dirigentes, pois eles são como que escravos passivos da tradição e da rotina; são ativos apenas para se opor a qualquer tipo de inovação,

a quaisquer transformações reais, progressistas. Bomfim explana que por medo ou preguiça, esses dirigentes utilizam bastante o verbo conservar. Porque têm a impressão de que assim estarão no caminho mais seguro para evitar o imprevisto e criar o menos possível de dificuldades no momento. Para estes, o ideal é dizer-se conservador. Bomfim critica-os afirmando que a grandeza do homem se exprime pelo esforço constante para melhor compreender as suas necessidades, para conhecer qualquer coisa de novo; continuar, conservar é obra dos mortos; viver é acrescentar alguma coisa ao que já existe eliminar o que não convém. ¹

Bomfim continua, dizendo que para justificar esse conservadorismo inconseqüente, faz-se apelo a todas as formulas de senso comum; não o bom senso que pode ser inspirado pelo cotidiano, mas o senso comum de eras onde impera o atraso. Vem daí a contradição permanente entre atos e palavras dos políticos sul-americanos. E não é só no mundo político que isto se faz notar. Bomfim afirma que essas sociedades são em geral *arquivos de instituições e costumes arcaicos com etiquetas modernas, um glossário moderno designando um mundo obsoleto.*²

Essa antipatia ao progresso retoma Bomfim, é incontestavelmente herdada dos povos colonizadores da América Latina, que o parasitismo³ tornou conservadores ferrenhos. O autor continua sua crítica, observando que os problemas que ocorrem não precisam de erudição, de abstração e generalidades, tais como imputar as dificuldades econômico-financeiras à instabilidade do câmbio, à depreciação do papel moeda, entre outros motivos, considera que é por essa razão que a maioria se contenta com soluções escritas que não saem do papel que não tem nenhum valor na realidade vivida pelo povo latino americano. Segundo Bomfim, por toda a América do Sul, o mundo intelectual é feito de bacharéis; o indivíduo é bacharel sem o querer, por força da tradição. *Médicos, engenheiros,*

1BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 162

2Idem. 166

3O conceito de parasitismo para Bomfim se referia aos povos que conquistaram a América Latina: Portugueses e Espanhóis, e que para ele eram os responsáveis primordiais pelo atraso do continente.

*juristas, são espíritos puramente livrescos, escravos das fórmulas, guindados às ilusões soporíficas do absoluto.*⁴ Dentre esses bacharéis, nos diz Bomfim, um que se tornou estadista, e com idéias iguais aos do período colonial afirmou que o Brasil é uma nação essencialmente agrícola e que isso foi o bastante para que assim permanecesse a nossa economia, voltada para a agricultura.

É bastante interessante um comentário que o autor de *A América latina males de origem* tece acerca dos colonos que vinham para o Brasil, oriundos da Europa. Para Bomfim quem muda de país, o faz para mudar de sorte e não para organizar nações e fazer pátrias, segundo ele não era possível *nacionalizar o colono* como queriam as classes dirigentes. Para resolver o problema a nacionalização política não era o caso e sim *a assimilação social, e esta só se obtém pela difusão da instrução, pela absorção das inteligências nas escolas – que os estadistas, no entanto julgam desnecessárias.*⁵

Considera Bomfim que as classes dirigentes contentam-se em repetir os juízos feitos: não pensam em estudar as condições de vidas dos depauperados, condenados a míngua, pois segundo postula eles não pensam em examinar as causas desses problemas para desse estudo deduzir um programa de ação social de modo a corrigir o que pode ser corrigido, principalmente no que tange à educação. Segundo Bomfim os faria a sentirem-se homens livres, elementos essenciais da nação e de cujo progresso e bem-estar depende o progresso e a tranquilidade do país.

Ao mostrar a incapacidade da classe dirigente para governar o país, o pensador sergipano dá o exemplo dos Estados Unidos, pedindo para que *se voltem para os Estados Unidos, e vejam como a indústria e a lavoura aproveitam ali o progresso da ciência. Vejam o esmero com que se instruem as massas populares.*⁶ Dessa forma, afirma Bomfim, os americanos reconhecem que não foi a emigração quem produziu o maravilhoso progresso da república americana, mas a cultura, a

4 Idem. 174

5 Idem. 178

6 Idem: 182

instrução aplicada às massas. Mas infelizmente aqui, nos diz Bomfim, não é esse o pensamento da classe dominante.

Segundo ele, nenhum estadista sul-americano se ocupa da instrução popular, da mesma forma que nenhum ministro das finanças se ocuparia de tal obra, pois o que interessa é apenas apontar e formular, nunca aplicar o que beneficiaria o trabalhador. Bomfim observa que as classes dirigentes em seu tempo queriam ter Universidades como na Europa, formar doutores, acadêmicos, cientistas, esquecendo-se da instrução popular, pois são incapazes de conhecer os fenômenos sociais desde sua origem e por isso pretendem *colher os frutos sem preparar a sementeira, apurar a instrução superior, antes de propagar a primária-fazerem doutores para boiar sobre uma onda de analfabetos.* ⁷

Bomfim assevera que a classe dominante assim age, pois em vez da *educação popular* com vistas a educar a massa geral da população - educação popular considerada como elemento essencial numa democracia diferentemente da instrução profissional-industrial, onde tem saído o progresso econômico de muitas nações, hoje ricas é prósperas mas que fizeram seu “dever de casa” anteriormente. Em mais uma análise do pensamento dos estadistas sul-americanos sobre educação em sua época, Bomfim explana que a eles falta compreender que à tenacidade dos hábitos defeituosos que a massa desse continente possui é preciso propor uma educação igualmente tenaz e contínua. Da mesma forma que, durante séculos se acostumou com o erro, a ignorância, a educação vem trazer, a sabedoria, a consciência e o direito a cidadania. Como se pode notar Bomfim enseja questões a favor da instrução popular e critica o sistema educacional então em voga.

Bomfim pensa a educação para além da sala de aula, que é o momento da prática pedagógica propriamente dita. Segundo ele, toda escola tem que planejar a *disposição e distribuição interna das diversas salas e dos outros compartimentos*

7 Idem: 183

*pois é essa organização que vai influir sobre as condições pedagógicas.*⁸ Então propõe uma pedagogia que possa objetivar melhor a organização e assimilação do conhecimento. Bomfim procura estabelecer uma ruptura com o que vinha sendo proposto até então, afirmando que a pedagogia não pode apenas se orientar por princípios gerais e, na prática, não estar aberta às inovações. Ela tem de estar em contínua expansão, combinando a prática com a teoria, procurando se adaptar ao meio educacional aonde se pretende praticá-la.⁹

Em toda essa argumentação percebe-se que Bomfim temia que se providência enérgicas não fossem adotadas imediatamente ocorreria numa estagnação do processo educativo, de uma forma geral. Observa que não havia uma preocupação real em saber o que era a educação. Ao perceber essa indefinição, do ponto de vista educacional por parte das “classes dirigentes”, Bomfim se oferece para a missão de formular uma política educacional. Segundo ele, normalmente tendemos a atribuir a educação um papel modificador ou corretivo e de ser uma forma de desenvolvimento de uma sociedade, Bomfim não discorda dessa assertiva, mas pondera que, a educação *é a adaptação do indivíduo as condições humanas.*¹⁰

A educação é uma forma de adaptação ou preparo do indivíduo, pois o ser humano tem um organismo biológico muito complexo e distinto das outras formas de vida. Por estas duas razões postula que os processos adaptativos, que envolvem os homens, ocorrem de forma consciente. No quadro complexo em que percebe o processo educacional, Bomfim defende que a Pedagogia, por ser uma teoria orientadora da educação, deve *se inspirar em todas as ciências físicas, naturais, históricas e sociais.*¹¹ Observa então que dentre essas ciências, a que daria as principais ferramentas para a execução de uma boa pedagogia é a Psicologia. Para Bomfim, quando se trata de conhecimentos necessários a prática pedagógica é

8 BOMFIM, Ml. Lições de Pedagogia: teoria e prática da educação, 1926:59

9 Idem: 11

10 Idem: 12

11 Idem: 14

preciso diferenciar qual é a finalidade da educação, que para ele seria a adaptação do educando.

E depois, três perguntas de suma importância, de onde vem esse educando? Que influências do meio em que vive sofreram? E qual é o papel do professor nesse processo? De acordo com Bomfim o professor deve buscar a resposta a essas perguntas para realizar o seu trabalho e para isso, deve levar em conta a natureza psíquica da criança. Dessa forma, Bomfim adverte para o fato de que é o conhecimento da natureza da criança, do ambiente, do meio em que vive, que deve permear a prática pedagógica do educador. Tomando esse modelo como parâmetro, o educador deve se preparar e agir para que a ação educativa tenha êxito. Seguindo essa linha de raciocínio Bomfim explana que essa especificidade do aluno é que deve ser estudada de modo explícito.¹²

Somente dessa forma, diz Bomfim o educador consegue intervir a favor de uma pedagogia, que se faz notar pelo acima exposto, transformadora e adaptável a situação real de vida do educando. Para Bomfim, além do estudo sistemático da pedagogia, deve existir o estudo científico da vida psíquica do aluno, ou seja, antes de se construir um processo educacional, deve-se primeiro conhecer a estrutura psíquica e o processo das atividades conscientes do educando. Essas medidas são importantes para que se possa ter modelos para intervir no processo de educação da criança de forma mais adequada. Mesmo que seu pensamento tenha um ar bastante carregado de cientificismo, como orientação da prática pedagógica, Bomfim não caracteriza, necessariamente a Pedagogia como ciência. Em sua visão, a Pedagogia é a *sistematização dos princípios científicos, na discussão dos métodos e suas formas de intervenção educativa*.¹³ Bomfim ainda procura caracterizar a Pedagogia em suas lições argumentando que ela está ainda mal determinada, pois não é uma fórmula simples, mágica, de conduzir e dirigir a criança. Segundo Bomfim, a Pedagogia não seria a ciência da educação propriamente dita, mas

12 Idem: Ibidem.

13 Idem: 9

afirma que deve haver uma ciência dentro da prática educacional, ou seja, na verdade, Bomfim considera que a Pedagogia é, de fato, uma sistematização, um corpo de doutrinas que está em plena evolução teórica, mas o seu ato é eminentemente prático: a educação.¹⁴

Ainda intencionado em caracterizar um sentido para a pedagogia retirado das suas lições, Bomfim assevera que a Pedagogia é uma discussão teórica, principalmente se for levado em conta os princípios em que se baseia, mas ela é, essencialmente prática pelos fins a que se destina. O que se pode entender dessa assertiva de Bomfim é que, apesar da pedagogia ser um discurso sobre o processo educacional, ele lembra que *quando se diz que a pedagogia é a teoria da educação, não se tira o seu intuito caracterizadamente prático*.¹⁵

Para Bomfim, essas práticas não poderiam ser levadas a cabo, no cotidiano escolar, sem o apoio da ciência. A teoria que fornece subsídios para a prática deve ter como base alguns princípios, mas não qualquer princípio. Postula Bomfim que estes princípios devem ter sua prática justificada, pois a própria existência da pedagogia, pressupõe o desejo e a intenção de tornar a educação uma obra metódica e científica. Assim, é necessário que fique claro, que de acordo com suas considerações, a pedagogia não é uma simples “colcha de retalhos” de proposições científicas ou um formulário de regras para serem colocadas em prática. A pedagogia nos diz Bomfim, *é uma discussão interpretativa, uma doutrina de deduções racionais, rigorosas, mas aparentemente variáveis*.¹⁶ O mestre sergipano busca romper com o senso comum de então, que propugnava ser a pedagogia uma ciência, pois a considerava uma sistematização de princípios científicos voltados para a prática educativa sem, no entanto, desconsiderar a ciência como uma sistematização. Apesar de que, para Bomfim, a ciência seria uma sistematização que tem única e exclusivamente, por objetivo, *organizar o conhecimento e a aquisição da verdade; que é sempre teórica e inteiramente indiferente à aplicações*

14 Idem: Ibidem

15 Idem: 10

16 Idem: Ibidem

*práticas.*¹⁷

Ainda acreditando que a pedagogia poderia atuar como uma sistematização que tem como meta o conhecimento sobre os processos educativos e uma doutrina de deduções, assim como a necessidade da educação estar baseada em princípios científicos. Bomfim observa que pode haver certa mutabilidade no uso desses conceitos, pois para ele *é evidente que não se pode caracterizar perfeitamente o fato educação, sem determinar as condições de existência desse meio a que o indivíduo se tem de adaptar.*¹⁸

Ao tratar do objetivo principal da educação, Bomfim argumenta que a educação ao mesmo tempo em que modifica e corrige os atos do sujeito, estimula e desenvolve-os. Por isso, é importante considerar a educação como uma obra, tanto de aprimoramento do ser humano quanto de correção e desenvolvimento deste, por que o que se procura de fato na obra educativa é o aprimoramento deste indivíduo. De acordo com Bomfim, através da educação pode se intervir nos atos ou movimentos intrínsecos ao indivíduo para corrigi-los e aperfeiçoá-los. Fazendo uma comparação da ação educacional com o organismo humano, Bomfim chega a afirmar que se é possível educar a própria respiração, é possível também, preparar e condicionar a mente para outros processos educativos extrínsecos ao educando. Segundo Francesconi e Boarini¹⁹, Bomfim defendia uma proposta higienista da educação. Para ela Bomfim foi um dos intelectuais brasileiros que contribuiu para introduzir conceitos de higiene mental e moral na área de educação no Brasil. Realmente para Bomfim era importante a busca do ideal de evolução moral que só seria alcançado através da higiene mental. Francesconi afirma ainda, que a idéia de se adaptar ao meio através de processos educativos é comum tanto no pensamento de Bomfim como no da escola nova.²⁰

Para Bomfim, o ideal educacional de adaptação do indivíduo ao meio seria

17 Idem: 9

18 Idem: 21

19 FRANCESCONI BORGES, R. e BOARINI, M. L. A Pedagogia de Manoel Bomfim – uma proposta higienista da educação.

20 Idem: 3

alcançado tanto pela educação na família - que Bomfim chamava de natural - como pela educação oferecida na escola - chamada por ele de intencional. Também considera que os erros e fracassos advindos das práticas educacionais vêm de uma não compreensão quanto ao que se deve buscar e que se deve querer para corrigir o educando.

Na verdade, para Bomfim, a educação seria o instrumento capaz de municiar o povo de subsídios necessários para se posicionar frente a importantes questões da vida nacional. Em *Brasil Nação* essa tese fica bem explícita. Neste livro ele afirma *que a história de dois séculos, demonstra-nos que não se pode esperar que venha de cima a obra salvadora. A revolução tem de ser inicialmente contra a classe dirigente.*²¹ Já em *Através do Brasil*, escrito em parceria com seu amigo de longa data Olavo Bilac, Bomfim mostra como sua “utopia pedagógica” poderia ser colocada em prática. Bomfim e Bilac ponderam nas advertências, no início do livro, que desde a primeira classe elementar a criança além de aprender a ler e escrever, deve ter aulas de gramática e de prática da língua portuguesa, além de noções de geografia, história e conteúdos de matemática. Para Bomfim seria um erro transformar o livro de leitura em uma espécie de enciclopédia. Segundo ele, isso se repetia então em diversas produções destinadas *ao ensino e constituídas por verdadeiros amontoados didáticos, sem unidade e sem nexos, através de cujas páginas insípidas se desorienta e perde a intelligencia da criança.*²²

De acordo com Bomfim, os livros da época misturavam conceitos tão díspares, de matérias que não se completavam como Zootecnia e Geografia, por exemplo, num emaranhado de conceitos sem plano, nem direção. Bomfim centrava o conhecimento, como costume em sua época, na figura do professor. Ele explana que é o *professor quem ensina, é elle quem deve principalmente levar a criança a apreender por si mesma.*²³

Mas, para ele, era necessário o aluno buscar também o conhecimento,

21 BOMFIM, M. *Brasil Nação*. Realidade da soberania brasileira: 569

22 BOMFIM, M. e BILAC, O. *Atravez do Brazil*, 1930: 6

23 Idem: *Ibidem*

adquiri-lo, por esforço próprio. O modo de ensino que Bomfim e Bilac propunham em seu livro de leitura, visava dar subsídios aos professores para que pudessem sugerir e desenvolver exercícios adequados aos alunos de acordo com o que a Pedagogia da época se balizava. Bomfim e Bilac acreditavam que *Atravez do Brazil* seria um livro de leituras e de lições, capaz de, ele mesmo, trazer uma grande lição. Os dois autores supracitados buscavam levar seus leitores a conhecer um pouco mais do Brasil, ter uma visão geral e concreta da vida brasileira, com suas características, peculiaridades e diferenças regionais.

Com este objetivo, escolhem o Rio São Francisco – imenso e genuinamente brasileiro - como cenário maior da viagem nas quais os personagens se envolvem. Nesta perspectiva, Bomfim e Bilac apelam para o estilo dramático em sua escrita, visando prender a atenção de seus jovens leitores afirmando que *a vida é acção, é movimento, é drama. Não devíamos apresentar o Brasil aos nossos leitores, mostrando-lhes aspectos imotos - que não podem se movimentar - apagados, mortos.*²⁴ Para André Botelho, a visão de educação de Bomfim e Bilac não era um sinônimo do aprendizado ocorrido na escola, mas o entendimento de vários recursos sociais capazes de proporcionar ao indivíduo e aos vários grupos sociais o tipo de formação necessária às mudanças pelas quais passava a sociedade brasileira. Segundo Botelho, *trata-se, portanto, do debate sobre a formação dos portadores sociais do projeto de modernização baseado na idéia de nação, então em expansão.*²⁵ Ainda considera Botelho, que *Através do Brasil* é uma importante contribuição a história das idéias e da sociedade brasileira.

Apesar do dito *racismo científico*²⁶ impregnar o pensamento brasileiro na época em que *Atravéz do Brazil* foi escrito, se nota certa complacência e até subserviência do campo intelectual da época a este tipo de preconceito refutado,

24 Idem: Ibidem

25 BOTELO, A. Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais, 2002: 24.

26 O racismo científico foi uma teoria formulada a partir do final do século XIX e teve como principal mentor, Gobineau, que afirmava, com base na teoria da seleção natural de Charles Darwin, haverem raças superiores a outras, e preconizar que os brancos seriam, por isso, superiores aos negros e aos mestiços.

principalmente por Bomfim. Botelho atenta para o fato de que Bomfim enxergava a educação como a cura para o mal do atraso que nos afligia, e essa visão possibilitou a formação de um pensamento bastante otimista que perpassou a obra de vários autores deste período. Nas primeiras décadas do século XX quando Bomfim desenvolve seu trabalho como Professor, a escola primária passara a ter alguns papéis antes reservados aos pais, como punições, surras e castigos, ou seja: práticas que envolviam a dor, como “procedimento pedagógico”.

Ora, nesta época vigorava a “educação da palmatória”, em que os castigos físicos eram aplicados para que o aluno pudesse desempenhar bem o papel a que lhe era atribuído pela família, a sociedade e a escola. Principalmente nas escolas católicas e particulares tradicionais, práticas como a palmatória – pedaço de madeira que era utilizado para infligir castigos na mão do estudante –, o ajoelhar no milho – castigo em que o aluno ajoelhava em caroços de milho se errasse ou não executasse satisfatoriamente a lição, às vezes com o referido milho entrando no joelho do aluno -, além de humilhações e constrangimentos, como sentar em um banco na frente da sala de aula, às vezes com um chapéu escrito *burro*, ao fracassar em algum trabalho em sala.

Esses castigos e humilhações eram vistos, pelos pais e a escola, como um *rito de passagem* necessário para que esse aluno viesse a realmente aprender sem questionar as ordens e respeitar o padrão normativo da sociedade em que vive, no caso do sexo masculino principalmente, era apanhando e suportando os castigos praticados que o menino tornar-se-ia *homem*. Em *Atravéz do Brasil*, Bomfim defende a idéia de que o professor tem de estar sintonizado com a realidade, com o meio em que vive cada aluno, e que ele pode se aproveitar das ilustrações contidas no texto para situar seus alunos na realidade de cada região que o livro apresenta. Bomfim concebe o ensino como uma cadeia hierarquizada de saberes, de onde se começa passando do assunto menos elaborado ao mais elaborado e procurando fazer com que o professor extraia ao máximo de cada lição o que puder de ensinamento para a aprendizagem.

Tendo em vista a afirmativa acima, Bomfim sugere que se pense na primeira página do livro *Atravéz do Brasil*, onde afirma *que o professor quer ensinar as primeiras lições de morfologia... Desenvolvendo mais a lição o mestre chegará a ensinar a classificação das palavras... E como fecho virão os exercícios de vocabulário.*²⁷ Ou seja, com isso ele poderia ensinar várias lições abrangendo várias matérias e campos de conhecimento. Bomfim e Bilac propõem lições de instrução moral necessárias, segundo eles, para desenvolver o amor e o respeito pelos pais e a noção de família, e vai mostrando exemplos de como utilizar o livro para aulas de Geografia, História e Português. Eles afirmam que da forma como o livro foi escrito, o programa, abrangendo todas as matérias lecionadas naquele nível de ensino, poderia ser totalmente trabalhado e contemplado.

A vantagem disto é que:

Todo o ensino fica assim harmonizado, como irradiação ou desenvolvimento de uma só leitura e essa leitura é bastante, a todo o momento, para evocar os conhecimentos adquiridos que d'essa forma se assinalam muito mais fácil e naturalmente.²⁸

Bomfim e Bilac lembram que em seu livro estão presentes não somente as noções básicas que as crianças podem receber na escola, mas também as que elas devem receber. O livro é, também, segundo eles, um panorama geral do Brasil, feito de uma forma que a criança “viaje sem sair de sala de aula”, para várias paisagens, lugares, conhecendo os tipos e os acontecimentos brasileiros. Tudo isto tendo em vista o grande objetivo do ensino para ambos, o de *que a escola ensine a conhecer a natureza com a qual a criança está em contato, e a vida que elle tem de viver e da qual já participa.*²⁹ Com base nessas recomendações dadas pelos autores, nota-se que *Atravéz do Brasil* tem a intenção de servir como um modelo de livro para a boa conduta moral no sentido da construção da cidadania.

As páginas de *Através do Brasil* estão repletas de ensinamentos éticos e lições de vida. Valores como amizade, carinho, companheirismo, cordialidade,

27 BOMFIM, M. e BILAC, O. *Atravez do Brazil*, 1930: 9

28 Idem: 11

29 Idem: 12

respeito pelas diferenças e solidariedade, aparecem diversas vezes ao longo do livro. Para Bomfim e Bilac a leitura de *Atravéz do Brasil* poderia contribuir para a formação de um povo que cultivava as qualidades acima expostas e a se tornar mais feliz e harmônico, condições necessárias para construir o ideal de uma nação e de sua identidade nacional. O livro também é marcado por um forte sentimento de nacionalidade e exaltação à pátria, valores tão em voga nos escritos da época. Um bom exemplo dessa afirmativa é a idéia de que a natureza é o fundamento da nação. As paisagens aparecem em todo o livro, e lá estão presentes, para enfatizar uma imagem de grandeza, de perfeição e beleza da pátria brasileira.

Também as preocupações com a História e lições de civildade estão inseridas no conteúdo pedagógico de *Atravez do Brasil*. Mas, nesta obra, a exaltação da pátria não é meramente um ufanismo como costumava ser a tônica de outros escritos no início dos tempos republicanos. É uma argamassa necessária para que a identidade nacional pudesse ser construída solidificada e a cidadania pudesse ser adquirida com base educação popular. É neste ponto que se percebe semelhanças entre a *utopia pedagógica* de Bomfim / Bilac e a *utopia pedagógica* de Rousseau, no *Emílio*. No primeiro livro de *Emílio*, Rousseau afirma que o homem de sua época não é nem homem nem cidadão, que ficou no meio do caminho na passagem do estado natural para o social.

Para evitar que nesta passagem ocorra degradação, Rousseau confia na educação como meio capaz de controlar os ímpetos humanos. A boa ordem e a boa educação é que vão proporcionar a passagem do humano para a unidade comum de modo a tornar relativo o que era antes absoluto, com existência definida em função do corpo coletivo. Ou seja, o homem através da educação se socializa, e se reconhece como fazendo parte de uma nação. Ele não é mais um indivíduo isolado, que fica a margem da sociedade sem estar inserido nas tramas sociais que ocorrem na mesma. Entretanto, Rousseau afirma que para isso se tornar realidade, é necessário algo mais do que apenas leis escritas.

O indivíduo deve ser formado e estar imbuído da sensação de pertencimento

a uma pátria, a uma nação. Adquirindo essa consciência ele vai se dar conta de que esse pertencimento não é algo passageiro, e sim permanente, pois, segundo o autor de *O Contrato Social*, *moldam-se as plantas pela cultura, e os homens pela educação*.³⁰ Para bem compreender a semelhança que neste ponto estamos estabelecendo entre a pedagogia de Rousseau e a de Bomfim/Bilac é importante ter em mente a especificidade do nacionalismo que está presente em *Através do Brasil*.

Conforme afirmam Monteiro Santos e Oliva, este livro dedica-se a propagar:

Um nacionalismo mais racional e reflexivo, capaz de encantar-se com as belezas naturais de seu país e com as grandezas de seu povo, mas capaz de ir além, levando o sujeito aprendiz a perceber a própria importância individual, enquanto cidadão, para a composição da nação.³¹

Ao se analisar a obra de Bomfim, sobretudo quando ele trata da questão educacional deve-se tomar cuidado para não cair no erro de rotular um pensamento que é construído e atravessado por tensões e idiossincrasias. Botelho aponta para o fato de que ao defender a educação como redenção do atraso brasileiro, Bomfim e Bilac, estavam preocupados, *de um lado com a reforma moral da sociedade como construção efetiva da nação e, por outro, com a formação dos portadores sociais do projeto de modernização*.³²

Para Botelho, esse caminho seria de suma importância nas décadas que se sucederam para uma definição da identidade social dos intelectuais brasileiros. A educação popular para Bomfim seria a responsável então para levar o Brasil em direção a modernidade. Bomfim asseverava que a criança tem direito a ser educada convenientemente, e que o Estado deve assegurar esta educação pois o Estado é a organização social encarregada de garantir esses direitos. Bomfim em um discurso chamado *O progresso pela instrução* de 1904 deixa claro o papel dos professores nesse projeto.

Segundo ele, os professores devem ser formadores do caráter de seus alunos, que devem ser justos e racionais e aptos a exercerem sua cidadania na

30 Rousseau. J.J. *Emílio ou Da Educação*, 1979: 8

31 MONTEIRO SANTOS, C. e DE OLIVA. As multifaces de *Através do Brasil*. Revista Brasileira de História. Vol 24. nº48, 2004: 12

32 BOTEELHO, A. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais*: 24

sociedade. E a instrução, de acordo com Bomfim provaria, *pelos resultados obtidos, a eficácia e influência do grande processo civilizatório*.³³ Bomfim não via na educação uma espécie de *elixir* miraculoso que pudesse curar de supetão, todos os males da nação brasileira; ele afirma que não se pode *atribuir à educação intelectual nenhuma virtude miraculosa, senão a importância que ela teve e tem na história da civilização*.³⁴ A proposta de educação de Bomfim tinha como fundamento a democracia, definida por ele como o mais perfeito dos regimes políticos, na medida em que permitiria o indivíduo a exercer a sua plena liberdade.

Na verdade, Bomfim se preocupava com a questão da instrução popular porque considerava que só através dela os homens poderiam adquirir um bom entendimento dos acontecimentos sociais e desta forma desfrutar o direito de escolha e a liberdade, coisas que caracterizam os homens como cidadãos em sua plenitude. Nota-se claramente uma grande influência de pressupostos iluministas nas proposições de Bomfim, o que poderia gerar um impasse teórico, pois uma educação tão libertária seria muito difícil de ser colocada em prática em um país com uma elite dirigente tão excludente e mesquinha como bem nota Conde Aguiar *Bomfim não cogitou esta questão em A América Latina: males de origem, embora tenha caracterizado, com todas as letras, a natureza reacionária dos donos do poder no Brasil*.³⁵

Bomfim acreditava e colocava em pauta a necessidade de uma pedagogia voltada para o respeito à criança e a sua individualidade. Bomfim condenava a educação tirânica e punitiva de sua época que submetia os infantes a cruéis castigos, entre outros: apanhar de palmatória, ajoelhar-se sobre grãos de milho, colocar um chapéu com o dizer *burro*. Para Bomfim, este tipo de escola não era formador de cidadãos, mas meras agências adestradoras de crianças tal qual se faz com um cavalo ou cachorro. Destarte, esses indivíduos se tornariam medrosos e

33 BOMFIM, M. *O progresso pela instrução*, 1904: 68

34 MONTEIRO SANTOS, C. e DE OLIVA. As multífaces de Através do Brasil. *Revista Brasileira de História*. Vol 24. nº48, 2004: 12

35 CONDE AGUIAR, R. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. 2000: 235

submissos em relação a ordem social então vigente. Na contramão dessa tradição, o autor de *A América Latina males de origem*, visava contribuir para o surgimento de uma *escola nova*, onde a criança seria o cidadão do futuro e não uma resma ou uma boiada de seres sem crítica e dominados por outros. Para isso, era de suma importância o papel do professor. Ele seria o protagonista na montagem dessa nova escola, pois o professor, para Bomfim, é o que forma esse indivíduo, que pode trazer à tona suas melhores qualidades, libertar as consciências das dominações impostas e respeitar a criança enquanto pessoa, como ser individual com todas as suas características.

Bomfim acreditava que os professores tinham uma missão a cumprir, e a ela deveriam se entregar com amor e devoção: a missão de formar cidadãos. E Bomfim não ficou somente teorizando sobre educação e formulando uma pedagogia que fosse apenas servir de exemplo. Como Diretor de Instrução Pública ele dinamizou a estrutura educacional da antiga capital da República: criou cursos profissionais, contratou professores e construiu muitas escolas. Para Bomfim o ensino primário seria um ensino verdadeiramente educativo de adaptação dos indivíduos ao meio social. Na escola, o indivíduo tem de aprender tudo o que ele de básico ele precisa saber e para isso, argumentava Bomfim, a sua inteligência deve ser educada, para que este indivíduo possa servir-se dela, para se desenvolver e aproveitar sua atividade pois a inteligência seria o grande instrumento humano.

Para que isto ocorra verdadeiramente, asseverava que é necessário um desenvolvimento progressivo da inteligência da criança pelo professor. É preciso que o professor seja um incentivador das potencialidades de cada criança para que esta possa se desenvolver, tornando-se cada vez mais observadora e metódica, capaz de bem exprimir seus desejos e necessidades. Faz-se necessário então, diz Bomfim, a difusão da instrução popular, principalmente nos regimes democráticos, pois nestes, a soberania não permanece nas mãos de um único indivíduo e sim da coletividade, e, para isso, essa coletividade deve ser preparada para o pleno exercício da cidadania. O que seria o exercício pleno da cidadania naquela época -

para Bomfim? O direito ao voto.

Pois saber ler e escrever eram, na Constituição de 1891, requisito imprescindível para poder votar. Como deputado federal, em 1907, Bomfim defendeu veementemente não apenas a criação e manutenção de escolas primárias pela União, como, também, a organização e fundação de escolas normais.³⁶ Bomfim afirmava que em sua época, havia três tipos de paradigmas das funções do Estado no que se refere ao Ensino: o primeiro, um modelo de Estado único, que impõe suas idéias e sistemas e já era repudiado em seu tempo.

O segundo modelo era de um ensino sem nenhuma intervenção do Estado, ideal segundo Bomfim, mas impossível de ser aplicado nas condições concretas da sociedade brasileira. E o terceiro modelo, que assegurava ser o melhor para a nossa sociedade: o ensino livre ao lado do ensino oficial. Retomando a questão dos povos latino-americanos, Bomfim explica que o atraso e a ignorância seriam os traços mais visíveis da herança colonial legada a nós. Para que houvesse um rompimento com esse legado era necessário um grande esforço educacional. Bomfim observa que tal rompimento não fazia parte do projeto das classes dominantes e poucas eram as autoridades favoráveis a instrução popular. Para ele, a formação de um cidadão exige preparo, cultura e esforço educacional, algo que não estava na agenda da classe dominante.

Para Bomfim somente com a compreensão do que ocorre na realidade pode haver educação de verdade e isso exige que os professores sejam bem treinados e formados adequadamente. Mais qualificados os professores poderiam instruir melhor os seus alunos contribuindo eficazmente para torná-los cidadãos livres, conscientes dos fenômenos que ocorrem na trama social. Essa liberdade a que se refere Bomfim é a liberdade do indivíduo de saber como se conduzir e de entrar em acordo com seus pares, desta forma, *não pode haver liberdade sem instrução, onde o indivíduo aprenda a conhecer-se a si próprio e ao meio dentro do qual vive, e*

36 Idem: 273.

*conhecer os recursos de que pode dispor.*³⁷ Aguiar afirma que o projeto de educação de Manoel Bomfim era, sobretudo um projeto de futuro para o Brasil. Em *Atravéz do Brasil*, Bilac e Bomfim reforçam os seus ideais de educação disseminando entre as crianças o amor a pátria. E como livro de leitura exigiu de seus autores vários cuidados e habilidades para que fosse aceito nas escolas. No prefácio e nas advertências fica clara essa preocupação pois Bomfim e Bilac queriam que seu livro fosse lido pelo máximo de crianças possível.

Em diversos aspectos se pode apreender essa consciência, pois a todo tempo, a cada frase, Bilac e Bomfim estão visando (re) afirmar a qualidade da obra e imprimir-lhe credibilidade, a exemplo de quando notificam que *Atravéz do Brasil* foi escrito segundo a *moderna orientação da pedagogia* ou ainda quando dão a garantia de que das suas páginas o professor pode extrair assuntos e oportunidades para ministrar todas as lições necessárias. *Atravéz do Brasil* foi um dos livros mais lidos e utilizados durante cinquenta anos nas escolas brasileiras.

Tudo isso nos leva a concluir, parafraseando o antropólogo argentino Nestor Garcia Canclini, que a construção da identidade das nações está diretamente relacionada ao projeto de educação dos Estados na busca de sua legitimação e inserção na história. E, neste contexto, os livros didáticos, juntamente com os museus, o ensino da história, as datas comemorativas, os grandes patronos nacionais e os rituais cívicos foram elementos decisivos da cultura escolar no fortalecimento do sentimento de nação.

É importante lembrar, a título de ilustração, que Monteiro Lobato com grande visão e tino empresarial, ampliou substantivamente a venda de seus livros e os demais de sua editora - Monteiro Lobato & Cia Ltda - enviando-os para lojas de varejo, padarias e farmácias para serem vendidos em meio às outras mercadorias, numa atitude em que dessacralizava o livro e o aproximava mais de sua condição de objeto vendável e rentável.³⁸

37 BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. 1993: 334.

38 A respeito ver: KOSHIYAMA, A.M. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*, 1982.

Além da orientação nacionalista e pedagógica que moldaram a construção de Através do Brasil, seus autores parecem não ter se privado de certa orientação voltada para o mercado, e mesmo que esta ainda estivesse distante do sucesso comercial de um Monteiro Lobato, cuja atitude a que nos referimos acima, garantiu-lhe uma rede de quase 2.000 distribuidores espalhados pelo Brasil. Pode-se perceber, segundo Francisconi, que as concepções de educação formuladas por Bomfim mostram-se afinadas com as concepções teóricas que serviram de base para a criação do ideário da Escola Nova no Brasil, ou seja, *tanto os idealizadores do movimento construído ao longo das primeiras décadas do século XX - que culminou com o Manifesto de 1932 – quanto Bomfim, representam uma corrente de pensamento criada como necessidade histórica naquele período.*³⁹

O ideal de adaptação ao meio feito através da educação é uma idéia fortemente presente na Escola Nova e também na proposta educacional de Bomfim, segundo Francisconi e Boarini. Para as autoras, Bomfim trata a educação como fator instintivo e não atribui a esta o caráter histórico que lhe é peculiar e que:

Não a concebe como construção histórica, criada por diferentes homens em diferentes momentos da existência das sociedades humanas. Pauta-se numa visão linear de homem e de mundo onde a educação é tida como fenômeno à parte das questões sociais.⁴⁰

Segundo as autoras, Bomfim ainda conceberia a criança e a família sob um prisma fora da História, pois sua visão seria naturalizada, com uma conformação natural e permanente, apenas se modificando, quando mudanças sociais ocorressem. De acordo com Francisconi e Boarini, a idéia de progresso moral pela educação seria a maior crença de Bomfim, crença esta, elas concluem, que *o levou, em sua trajetória como higienista e educador, a acreditar em um ideal de homem e de mundo descolado das relações concretas de vida e de sobrevivência.*⁴¹ O que se pode dizer a respeito das críticas feitas a Bomfim por Francesconi e Boarini acima

39 FRANCISCONI Borges,R e Boarini. Manoel Bomfim e uma proposta higienista na educação: 6

40 Idem: Ibidem

41 Idem: 9

sintetizadas? Ora, como um autor que escreve em 1905 – antes dos livros didáticos - um livro como *América Latina: males de origem*, onde enfatiza, em análise original e pioneira, a forma histórica pela qual os países latino-americanos foram subjugados por seus colonizadores, poderia ter uma visão a-histórica das instituições nucleares que fazem parte da espinha dorsal da sociedade?

Na verdade, o que Bomfim realiza é uma análise sobre a situação concreta em que a América Latina vivia. Em decorrência, faz uma impactante proposta educacional, levando em conta o sistema escolar então vigente. A proposta educacional de Bomfim não se alimenta da crença de serem os homens portadores de uma natureza humana boa e tão abstrata quanto imutável. O que a análise da situação concreta permitiu Bomfim compreender é que ao importar o ideário republicano e colocá-lo em vigor em nossa nação, as elites esqueceram-se de incluir o povo, já que este, à época, era analfabeto em sua quase totalidade.

E como ele poderia acreditar em um *ideal de homem e mundo descolado das relações concretas de vida e sobrevivência*, como as autoras afiançam se em vasta e elucidante análise sobre o Brasil, na trilogia *O Brasil na América*, *O Brasil na História* e *O Brasil Nação*, Bomfim se reporta de forma sistemática e sobre diversos prismas a formação social Brasileira? O que falta na análise de Francisconi e Boarini é compreender a obra de um pensador em sua totalidade e não apenas na análise de trabalhos isolados, por maior importância que possam ser. É importante também compreender que por ser autor de um contradiscurso que para Aguiar seria *um discurso crítico, do discurso ideológico dominante, ao qual, com singularidades, matizes e características próprias, a obra e o pensamento da maioria de seus pares estavam atados*.⁴²

Bomfim permaneceu no limbo do pensamento social brasileiro por muitos anos, sendo apenas a poucas décadas retirado do ostracismo em que fora relegado. A partir do último cartel do século XX passou a ser analisado por um conjunto expressivo de autores, inclusive as autoras que estamos nos referindo nos

42 CONDE AGUIAR, R. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. 18

parágrafos imediatamente precedentes. Mas em seu trabalho não mencionam os pesquisadores contemporâneos que recolocaram o pensamento bomfiniano na ordem do dia, fazendo-o circular no campo intelectual.

A questão da educação pública, do ensino fundamental, da construção da cidadania e da formação da identidade nacional são recorrências constantes nas obras de Bomfim. Suas reflexões remetem de forma perene à crítica a quase completa ausência de políticas públicas que promovessem a melhoria das condições de ensino, à descentralização excessiva e à falta absoluta de recursos para a educação. Botelho, acredita que essa defesa da educação de Bomfim, tomando como ponto de partida a idéia de que os sistemas educacionais é que formariam as sociedades, e que tanto o social quanto o biológico representariam categorias semelhantes e a explicação dos fenômenos sociais se daria usando termos históricos e não biológicos.⁴³

Bomfim afirma que se deve levar em conta no ato de ensinar que cada indivíduo é autônomo e deve passar por um processo de elucidação todo especial. Para ele, *a educação é a adaptação do indivíduo as condições da vida humana*⁴⁴, ou o preparo do mesmo indivíduo para enfrentar essas condições. Bomfim continua, explanando que toda a superioridade que a espécie humana tem sobre as demais é devida a um *psiquismo socializado*, que permite unir em cada individualidade, a experiência de outrem.

Ainda de acordo com Bomfim, a educação vem a ser *a forma de transmissão psíquica dos processos e capacidades adaptativas*.⁴⁵ Ele diz que quando se estuda e analisa o problema educacional, a fim de dar uma solução conveniente, deve-se levar em conta que o estudo sistemático da pedagogia deve ser precedido do estudo científico da psicologia. Segundo Bomfim, a educação deve preparar o aluno para a vida, lembrando da necessidade de adaptação deste a sociedade em que

43 BOTEELHO, A. Na contracorrente do naturalismo: relações sociais na interpretação do Brasil de Manoel Bomfim, 2003: 96

44 BOMFIM, M. Lições de Pedagogia: teoria e prática da educação, 1926: 12

45 Idem: 14

vive.

Por isso, às vezes é necessário, modificações na obra educacional para que essas adaptações sejam possíveis. Ele fala que, educação, organização da vida consciente e formação da personalidade estão tão intimamente ligadas que não podem ser estudados separadamente. A educação, para Bomfim deve ser tratada como prioridade absoluta, necessária para a realização da vida humana e que tem sua origem na forma como nos adaptamos ao meio e *dos vigorosos e irresistíveis instintos de sociabilidade de que somos possuídos*.⁴⁶

Tendo em vista essa afirmação, a educação seria então um fato instintivo, diz Bomfim. Segundo ele, a preocupação com a educação precedeu qualquer preocupação moral e política em nossa espécie. Por isso, assevera Bomfim, os pais são educadores por instinto, a eles cabe os primeiros ensinamentos a prole, mas essa educação é feita sem muita racionalização, por parte dos pais, é apenas uma sistematização da rotina. A educação então, vista por Bomfim como fenômeno natural, é necessária para a evolução da personalidade do indivíduo e a atividade psico-social é a condição geral e essencial, para o desenvolvimento da educação, e todas as outras condições derivam desta. Bomfim explica que *psicologicamente, pelo instinto de imitação, o homem é um organismo essencialmente educável*.⁴⁷

De acordo com Bomfim, a educação se dá com a transmissão dos conteúdos pelo educador e a aquisição dos mesmos pelo educando. O processo de ensino deve levar em conta o indivíduo a quem estes conteúdos serão passados e os indivíduos, para Bomfim, valem como consciências, e *essas consciências sofrem influência constante das correntes de idéias e de sentimentos que animam o ambiente moral*.

⁴⁸ A família, a sociedade e em último grau a escola, segundo Bomfim, transmitem ensinamentos e influenciam a criança de várias formas.

Primeiramente os pais passam noções de sociabilidade e moral as crianças que logo se sentem seduzidas a aprender cada vez mais e a entrarem em contato

46 Idem: Ibidem

47 Idem: 18

48 Idem: 23

com novos conhecimentos, que, por sua vez, lhe serão legados pela sociedade em que vivem. Bomfim chama essa educação de natural, e a educação transmitida pela família e escola de educação intencional. Bomfim chama a atenção para o dado de que o educador e a família não devem procurar repreender a influência que a criança recebe da sociedade, e sim aproveitar essa influência e procurar adaptá-la melhor ao meio em que habitam.

É necessário, então, que o educador conheça muito bem esse ambiente em que vive para poder realizar esta ação educacional da melhor maneira preparando a criança para os desafios que vai enfrentar quando adulta. Um caráter muito importante da educação, nos lembra Bomfim, é o de *levar o indivíduo ao máximo de perfeição possível*.⁴⁹ Entendendo-se essa perfeição como maior adaptabilidade do indivíduo a sociedade, toda essa questão da adaptação diz respeito ao melhor aperfeiçoamento do educando a realidade em que vive. Entretanto, Bomfim relembra que esse aperfeiçoamento tem limitações, pois não se pode criar uma personalidade nova ou artificial, esta, segundo ele, já nasce com a criança e o que se pode fazer é depurar a personalidade desta que é produto do meio em que vive e das qualidades herdadas naturalmente. Na verdade, ao se analisar a teoria pedagógica de Manoel Bomfim, deve-se levar em conta a época em que o autor escreve as teorias pedagógicas então vigentes, e não descolar o autor do seu pensamento global, presente em todas as suas obras.

Primeiramente, Bomfim acredita numa educação libertária e popular, voltada às massas e ao progresso da nação. Ele visava formar cidadãos através do aprendizado das primeiras letras e das operações fundamentais, sem esquecer-se da problemática que acometia esses educandos, os quais recebiam influência de seus familiares e da sociedade. Nota-se claramente em sua pedagogia um viés iluminista, nacionalista, progressista, que apela para uma análise da sociedade e do educando como um organismo biológico. Ora, não se pode depauperar o conjunto de sua obra por essas influências acima citadas.

49 Idem: 24

Bomfim como médico se utilizava dessa linguagem biológica, até certo ponto extremada, para suas análises da nação e do povo brasileiro, e, conseqüentemente, da educação, pois no período em que escreve, o pensamento darwiniano era dominante nas ciências biológicas, tanto que o próprio Darwin é utilizado por Bomfim para refutar os racistas científicos que eram maioria no campo intelectual de então. Bomfim, como a maioria dos educadores da época, centrava na figura do professor o responsável pelo processo educacional, realmente, mas dava uma autonomia de aprendizado a criança, afirmando e reconhecendo a influência que o meio onde vivia exercia nela.

Isso pode ser considerado uma novidade, pois apesar da influência ilustrada, tipicamente vinda de Rousseau, e daí de Emílio, sua utopia pedagógica, Bomfim não vê no aluno uma *tábua rasa* no qual o conhecimento deve ser inserido. Bomfim via no ser humano uma capacidade inata para aprender e também para ensinar, visto que para ele os pais seriam educadores naturais dos filhos, mais uma vez aí, se faz perceber a influência do pensamento biológico, darwiniano em sua pedagogia.

A pedagogia do oprimido de Freire e a pedagogia do excluído de Ribeiro

Primeiramente, para estabelecer conexões entre a questão de educação popular em Manoel Bomfim e em Leonel Brizola é preciso chamar a atenção para o hiato temporal que separa esses dois atores sociais. O período a ser estudado em Bomfim vai de 1904, quando publica *A América Latina: males de origem*, até seu falecimento em 1932 e o de Brizola vai de 1983 até 1986, durante o período em que governou o Estado do Rio de Janeiro pela primeira vez. Bomfim escreve durante a primeira república, num período aonde não havia um regime de exceção e aonde desenvolve seu trabalho nos primeiros anos da república até os primeiros anos do governo Vargas. Já o período estudado em Brizola se situa num contexto de abertura do regime militar aonde apesar de toda a oposição a sua candidatura e posteriormente a seu governo Brizola consegue colocar em prática boa parte de seus projetos, principalmente na educação que vai ser o foco da análise a ser feita no presente trabalho.

Vale lembrar, que Brizola já tinha uma longa carreira política antes desse período estudado, no seu Estado natal, Rio Grande do Sul, e uma preocupação com a educação bastante presente em suas políticas desde essa época quando Brizola começa sua vida política, em 1947 e o período escolhido para ser estudado nesse trabalho, em se tratando da prática política de Brizola, é o momento em que esteve a frente do executivo estadual fluminense, no primeiro governo, de 1983 a 1986.

Tendo colocado em evidência o hiato temporal que separa É necessário, desta forma, para fazer uma ligação entre Bomfim e Brizola, procurar entender, na questão da educação popular qual o fator que realmente servia de elo esses dois atores sociais, com atuações tão distintas no tempo e em épocas tão diferentes? Entendemos que algumas considerações de natureza pontual sobre as teorias educacionais de Paulo Freire e Darcy Ribeiro - dois eminentes pedagogos brasileiros

com obras permeadas com preocupações sobre a questão da educação popular – podem auxiliar na compreensão da questão anteriormente proposta sobre educação em Brizola e Bomfim.

Paulo Freire (1921 – 1997)

Em dois livros que podem ser tomados entre os mais representativos da sua teoria educacional - *A Educação como Prática de Liberdade* e *Pedagogia do Oprimido* – Freire faz do termo *popular* sinônimo de *oprimido*. De teoria, na verdade, precisamos nós. De teoria que implica uma inserção na realidade, num contato analítico com o existente, para comprová-lo, para vivê-lo e vivê-lo plenamente, praticamente. Neste sentido é que teorizar é contemplar. Não no sentido distorcido que lhe damos, de oposição à realidade.¹ Pois *a práxis, porém, é ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.*²

Portanto, a função da prática é a de agir sobre o mundo para transformá-lo. É preciso que fique claro que, por isto mesmo que estamos defendendo a práxis, a teoria do fazer, não estamos propondo nenhuma dicotomia de que resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante, de ação. Ação e reflexão e ação se dão simultaneamente.³ Vê-se que Paulo Freire parte sempre da análise do contexto da educação como um processo de humanização, ou seja, o caráter problematizador que se dá através do diálogo, tem base existencialista, visto que o diálogo *se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens.*⁴

Em suma, Freire considera que *popular* ou *oprimido* é todo aquele que vive sem as condições elementares para o exercício de sua cidadania, pois não pode usufruir dos bens materiais que são produzidos pela sociedade. A educação, se *popular*, isto é, tendo como ponto de partida a realidade do oprimido, pode se tornar um agente importante nos processos de libertação do indivíduo e da

1 FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*: 93

2 Idem: 40

3 Idem: 149

4 Idem: 93

sociedade.

Uma educação que arraste consigo procedimentos que incentivem a participação, ou seja, um meio de veiculação e promoção para a busca da cidadania, compreendida em suas dimensões crítica e ativa. Uma educação que contribua ao exercício de cobranças das ações políticas geradas em nome do povo e que também possa incentivar aspectos éticos que visem provocar nesse cidadão um desejo por transformações na sociedade que só se tornaria possível, quando este, tomasse consciência da realidade que o cerca, e percebesse sua importância para atuar e influenciar seu grupo social buscando mudanças nessa situação social, tanto individual, como coletivamente.

A opressão é apresentada como problema crônico social, visto que as camadas menos favorecidas são oprimidas e terminam por aceitar o que lhes é imposto, devido à falta de conscientização, na ausência do que Freire chama de *pedagogia da libertação*. A libertação é um *parto* conforme afirma o autor, pois a superação da opressão exige o abandono da condição *servil*, que faz com que muitas pessoas simples apenas obedeçam a ordens, sem, contudo questionar ou lutar pela transformação da realidade, fato motivado especialmente pelo medo.

A dicotomia presente neste universo vai justamente no despertar da conscientização, onde as realidades são, em sua essência, domesticadoras, ou seja, cômodas para o opressor na medida em que o oprimido continue em sua condição de aceitação. Neste sentido o autor se apóia no pensamento de Marx quando este se refere à relação dialética subjetividade-objetividade, que implica a transformação no sentido amplo – teoria e prática, conscientizar para transformar, pois a opressão é uma forma sinistra de violência. Assim a Pedagogia do Oprimido busca a restauração, animando-se da generosidade autêntica, humanista e não *humanitarista*, pois se propõe à construção de sujeitos críticos, comprometidos com sua ação no mundo.

Para Freire, a educação voltada para a reflexão e para a criatividade exerce papel fundamental no processo de libertação dos homens. , sendo o inverso do que

chama *educação bancária* - burocrática - onde o educando é levado a decorar e a repetir mecanicamente coisas que estão nos livros ou que são ditas pelo professor. A concepção *bancária* é vista por Freire como um mero instrumento de opressão. Nesta visão o aluno é visto – Visão/visto - como sujeito – na educação bancária o discente é objeto, nunca sujeito - que nada sabe, a educação é uma doação dos que julgam ter conhecimento. O professor, nesse processo, “deposita” o conteúdo na mente dos alunos, que a recebem como forma de armazenamento, o que constitui o que é chamado de alienação da ignorância, pois não há criatividade, nem tampouco transformação e saber, existindo aí a *cultura do silêncio*.

Isto ocorre, porque o professor é o detentor da palavra, criando no aluno a condição de – sujeito - passivo que não participa do processo educativo. Segundo ele, porque *ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo*⁵, esta famosa frase de Paulo Freire, pareceu, a princípio, ter um efeito bombástico entre os educadores porque denunciou toda opressão contida na educação, em especial na concepção bancária, que na sua essência - torna possível a continuação da - eterniza a condição opressora. O grande destaque para a superação da situação é trabalhar a educação como prática de liberdade, ao contrário da forma “bancária” que é prática de dominação e produz o falso saber, ou seja, aquele - incompleto ou - repetitivo e sem senso crítico.

O inverso é a educação problematizadora, onde a realidade é inserida no contexto educativo, sendo valorizado o diálogo, a reflexão e a criatividade, de modo a construir a libertação, pelo inculcamento nos alunos do sentimento de pensar e agir com independência. O diálogo aparece no cenário como o grande incentivador da educação mais humana e até revolucionária. O educador antes “dono” da palavra passa a ouvir, pois não se calando que os homens se constroem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

Isto é justamente o que foi chamado de mediação pelo mundo, espaço

5 Idem: 79

para a construção do profundo amor ao mundo e aos homens. Contudo é preciso que também haja humildade e fé nos homens. O diálogo começa na busca do conteúdo programático. Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo não é uma doação ou uma imposição, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada.

É proposto, por Freire, que o conteúdo programático seja construído a partir de temas geradores, uma metodologia pautada no universo do educando que requer a investigação, o pensar dos homens referido à realidade, seu atuar, sua práxis, enfatizando-se o trabalho em equipe de forma interdisciplinar. Para a alfabetização - de adultos - o destaque é feito através de palavras geradoras, já que o objetivo é o letramento, feito de forma crítica e conscientizadora.

As massas são manipuladas através da comunicação, por meio de uma ideologia opressora, desta forma é necessário que haja um diálogo entre essas massas excluídas para que a mudança ocorra. Uma das principais características da ação antidialógica das lideranças é dividir para manter a opressão, o que cria o mito de que a opressão traz a harmonia. Em contrapartida, é mostrada a teoria da ação dialógica embasada na colaboração, organização e síntese cultural, combatendo a manipulação através da liderança revolucionária, tendo como compromisso a libertação das massas oprimidas que são vistas como *mortos em vida*, onde a vida é proibida de ser vida, isto devido às condições precárias em que vivem e são mantidas as massas populares, convivendo com injustiças, misérias e enfermidades.

Neste cenário é necessário unir para libertar, conscientizando as pessoas da ideologia opressora, motivando-as a transformar as realidades a partir da união e da organização, instaurando o aprendizado da pronúncia do mundo, ou seja, aonde o povo fala o que sente, tem voz e tem vez. Nesta teoria da ação dialógica a organização não pode ser autoritária, deve ser aprendida por se tratar de um momento pedagógico em que a liderança e o povo fazem juntos o aprendizado,

buscando instaurar a transformação da realidade que os mediatiza.

O que fica evidente é que o opressor precisa de uma teoria para tornar possível a ação da opressão, deste modo o oprimido também precisa de uma teoria para sua ação de liberdade, que deve ser pautada principalmente na confiança e na fé nos homens, para que assim *seja menos difícil amar*.

Darcy Ribeiro (1923-2000)

Na juventude Darcy Ribeiro sonhou em ser médico, mas acabou enveredando pelo caminho da antropologia. Foi como antropólogo que inicialmente ganhou notoriedade tendo passado dez anos de sua vida, entre 1946 e 1954 vivendo nas aldeias indígenas da Amazônia e do Brasil Central, assessorando Rondon e escrevendo ensaios e monografias etnográficas, depois tornadas clássicas.

Em 1954 fundou o Museu do Índio do Rio de Janeiro, que dirigiu alguns anos, onde ministrou cursos de etnologia. Esforçou-se muito, nesta área, sem maior êxito, para formar antropólogos mais competentes do que havia. Elaborou para a UNESCO um estudo do impacto da civilização sobre os grupos indígenas brasileiros no século XX e colaborou com a Organização Internacional do Trabalho na preparação de um manual sobre os povos aborígenes de todo o mundo. Organizou e dirigiu o primeiro curso de pós-graduação em Antropologia, tendo sido professor de Etnologia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1955-56). Diretor de Estudos Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do MEC (1957-61); presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Participou com Anísio Teixeira, da defesa da escola pública; criou a Universidade de Brasília, de que foi o primeiro reitor; foi ministro da Educação do Governo Jânio Quadros (1961) e chefe da Casa Civil do Governo João Goulart, tendo sido um dos líderes das reformas estruturais.

Interessado nas idéias de Anísio Teixeira, Ribeiro se tornou educador e fez carreira, chegando a reitor da Universidade de Brasília e até a Ministro da Educação

(1955-1964). Neste momento, encontrou-se com Jango, que o dissuadiu das tentativas de se imiscuir em questões espinhosas como a reforma agrária e a questão das multinacionais. Foi exilado, e transformou-se em um latino-americano por excelência, ministrando cursos em universidades no Uruguai, na Venezuela, no Peru, no México. Na Costa Rica e na Argélia. No exílio escreveu vários livros. Cinco deles compõem seus Estudos de Antropologia da Civilização: *O Processo Civilizatório*, *As Américas e a Civilização*, *O Dilema da América Latina*, *Os Índios e a Civilização* e *Os Brasileiros*. Todos resultam de um esforço que fez para criar uma teoria da América Latina em geral e do Brasil em particular. Este conjunto de obras possui em número elevado de edições em diversos países.

Em 1975 encontrava-se Ribeiro trabalhando na Universidade do México e envolvido com pesquisas sobre América Latina quando os médicos constataram que ele estava com câncer e a ditadura militar brasileira permitiu que ele retornasse ao país, levando em conta seu precário estado de saúde. Julgavam que ele teria poucos meses de vida. Ribeiro retornou em 1976, lutou contra a doença e viveu mais de 21 anos. Entre as obras de Ribeiro sobre educação que foram escritas no exílio, destaca-se a *Universidade Necessária*, diversas vezes revista e editada em muitos países. Nela, nos remete a seus experimentos de criação e reforma de universidades. Ribeiro também legou escritos literários a posteridade, entre os quais três romances. O primeiro deles, *Maíra* (1976), é, com certeza, um marco nessa batalha. Publicado pela primeira vez em 1976, a obra teve 48 edições em oito línguas. Ganhou, em 1996, uma edição comemorativa, com resenhas e críticas de Antônio Cândido, Alfredo Bosi, Moacir Werneck de Castro e Antônio Houaiss, entre outros. Em 1978, ilustrado por Oscar Niemeyer, lançou *Unb: Invenção e Descaminho* e, logo depois em 1979, seus *Ensaíes Insólitos*. O segundo romance, *O Mulo* (1981), também muito traduzido é um romance soturno e erótico, uma leitura íntima da dura alma do senhorio rural brasileiro.

O terceiro, *Utopia Selvagem* (1982), nas palavras do próprio Ribeiro "Minha terceira novela, *Utopia Selvagem*, é uma espécie de fábula brincalhona, em que,

parodiando textos clássicos e caricaturando posturas ideológicas, retrato o Brasil e a América Latina. Segundo Ribeiro mesmo diz, *o melhor da minha Utopia é um capítulo orwelliano, que desenha o mundo do futuro regido pelas multinacionais. Impagável.*⁶ Este último, começa, com êxito, sua carreira internacional de romancista. Ribeiro, à época, 1985, continuava escrevendo incansavelmente.

Na ocasião, publicou também uma denúncia sobre o descalabro educacional brasileiro: *Nossa Escola é uma Calamidade* (1984). Ainda publicou uma irônica cronologia sobre a História do Brasil no século XX, *Aos Trancos e Barrancos* (1986). Ribeiro continuou escrevendo e publicando vários livros e ensaios até sua morte em 1997. Segundo Ribeiro, o nosso atraso educacional é uma seqüela do escravismo que até aqueles dias, 1985, brutalizava o País. Dois fatos impressionavam a ele na educação brasileira: a magnitude da escola pública e sua precariedade. A Educação brasileira tinha, em 1986, quando escreve este artigo⁷ cerca de 30 milhões de pessoas, fora os professores e administradores da educação.

Era necessário, então, se perguntar, o que produzia essa máquina tão prodigiosamente grande. O produto principal da máquina educacional brasileira, calculava Ribeiro, são 500 mil analfabetos adultos por ano, uma vez que não seria menor que meio milhão o número de brasileiros, que chegavam, à época, aos 18 anos, analfabetos. Só no Rio de Janeiro, avaliava Ribeiro, havia pelo menos 50 mil analfabetos em 1986, a maioria deles com três ou quatro anos de escolaridade. Se for entendida a condição de analfabeto à do iletrado ou do analfabeto funcional – aquele que desenha o nome e se declara alfabetizado, mas é incapaz de transmitir uma informação escrita – era possível se notar, que dobraria, no Brasil e no Rio de Janeiro, o número de brasileiros que ingressavam anualmente na vida adulta marginalizados da cultura do seu povo e do seu tempo por não estarem incorporados à civilização letrada.

Ribeiro afirmava que para atender, na época, a 140 milhões de brasileiros

6 RIBEIRO, D. Confissões: 514

7 ESPAÇO DEMOCRÁTICO. Uma escola pública anti popular, 2/07/1986.

com índices de educação satisfatórios, deveria ser possível ter muito mais do que 30 milhões de pessoas movimentando a máquina do ensino público, entre alunos, funcionários e professores. Ele assevera que, embora o nosso sistema educacional tenha passado do atendimento a seis milhões de pessoas em 1950, para 10 milhões em 1960, para 19 milhões em 1970 e para 30 milhões em 1986, a verdade é que a escola pública brasileira não cresceu onde devia, nem como devia.

Para Ribeiro, o que se obteve com esse crescimento meramente quantitativo foi uma escola de mentira, incapaz até mesmo de cumprir a tarefa elementar de alfabetizar a população. Relembrava Ribeiro que nas últimas décadas em que o Brasil havia *progredido* em vários outros campos, só viu crescer o número de analfabetos adultos. Examinando o resultado do censo de 1970, para o conjunto do Brasil, explica Ribeiro, nota-se que do total de 65,8 milhões de brasileiros com mais de 10 anos de idade, 24 milhões nunca tinham ido à escola - 8,7 deles nas cidades e 15,3 deles nas zonas rurais.

Cinco milhões tinham tido apenas um ano de escola e sete milhões, só dois. Havia também 32 milhões de habitantes, que eram analfabetos funcionais. O censo nacional de 1980 reproduzia quase os mesmos números absolutos de analfabetos funcionais, que aumentaram de 32 para 36,3 milhões, demonstrando assim que os problemas educacionais só tinham se agravado. Segundo Ribeiro, para precisar melhor o fracasso educacional brasileiro, era necessário se debruçar sobre números mais expressivos. Com respeito aos analfabetos de 15 anos ou mais, registrados nos recenseamentos, por exemplo, as porcentagens, décadas após décadas, vinham diminuindo, mas o número absoluto vinha aumentando.

Eram 56,2% os analfabetos maiores de 15 anos em 1940, somando 13 milhões. Os analfabetos de 1950 eram 50,5% e montavam a 15 milhões. Caíram para 39,3% em 1960, mas seu número elevou-se para 16 milhões. Em 1970, a porcentagem desceu para 33% mas o número absoluto de analfabetos alçou-se a 18 milhões. O mesmo censo de 1970, explica Ribeiro, revelava que entre os jovens de 14 anos de idade, 24,3%, o que equivalia a uma quarta parte, não sabiam ler e

escrever. Esta juventude analfabeta era de 42% nas zonas rurais e de 10% na cidade. E, no último censo antes de escrever seu artigo já acima citado, o de 1980 a porcentagem subiu para 25,9% e o número absoluto elevou-se para 19 milhões.

Conclui Ribeiro com esses números censitários, que tudo o que o MOBRL - movimento brasileiro de alfabetização - havia falado sobre a extinção do analfabetismo era outro milagre estatístico. Esses números, de acordo com Ribeiro, tornavam-se mais significativos quando comparados com outros desempenhos educacionais. Enquanto o Brasil de 1980 contava com 19 milhões de analfabetos adultos e com a porcentagem de 26%, na Argentina essa porcentagem era de 6%, em 1976 e, em Cuba, já em 1961, era de 3%. No caso de Cuba, poderia se explicar o seu êxito educacional pelo empenho que o socialismo punha na educação popular; mas no caso da Argentina e de tantos outros países da América Latina, a nossa inferioridade estatística, explana Ribeiro, refletia uma inferioridade efetiva no esforço por alfabetizar e na capacidade de alcançar esta meta elementar.

Para Ribeiro, mais expressivos ainda do que a medida censitária desse resíduo de letrados na população pelo funcionamento da escola são os dados referentes ao fluxo de alunos da 1ª à 4ª série. A escolaridade, como expressão da capacidade que o sistema tem de absorver, era incrivelmente baixa. Metade de nossas crianças não conseguia nem saltar a barreira da primeira série para se matricular na segunda, e apenas 30% das crianças alcançava a quarta série, o que correspondia àquele mínimo de domínio da escrita e da leitura com o qual uma pessoa estaria habilitada a operar, com eficácia, dentro de uma sociedade letrada.

Ao se examinar esses dados com mais atenção, observava Ribeiro, podia-se tirar outras conclusões. A principal delas era desvendar o engodo que se escondia atrás desses números. Com efeito, quem passava pelas duas primeiras séries, segundo ele a principal barreira e verdadeiro depósito de crianças condenadas à evasão, teria grandes possibilidades de concluir o 1º grau. Isso significava, que as primeiras duas séries do ensino fundamental - atuais 2º e 3º anos - seria a grande peneira que selecionava quem seria educado - cerca de 48,6% - e quem seria

rejeitado - cerca de 51,4% -. Ribeiro lembrava, que para se alcançar a necessária objetividade na apreciação da realidade educacional do Brasil, seria conveniente fazer algumas comparações.

Para isso se prestavam bem os dados referentes ao fluxo de escolaridade em países latino-americanos. O México, que teria maior homogeneidade cultural e um grau semelhante ao nosso desenvolvimento econômico, alcançava um desempenho educacional muito melhor, uma vez que promovia à segunda série 70% dos alunos e levava à quarta série mais da metade. O Paraguai e a Bolívia, nações - tão ou - bem mais pobres que o Brasil, viviam uma situação ainda mais difícil no que concernia a educação, porque lá, lembrava Ribeiro, a população não falava a língua da escola.

No Paraguai se fala guarani; na Bolívia, o quíchua e o aimará; nos dois países a escola ensina em espanhol. Apesar disso, a porcentagem de crianças que lá concluíam as seis séries iniciais era maior do que a nossa. Ribeiro pedia para que não nos iludíssemos pensando que os dados globais referentes ao Brasil como um todo fossem negados quando se focalizassem as áreas mais ricas e desenvolvidas, incluindo as grandes cidades. Mesmo na cidade do Rio de Janeiro, afirmava Ribeiro, considerada aquela em que houvera, historicamente, maior investimento na educação, e em que se construiu uma rede escolar frondosa e com um grande número de professores, mesmo aqui o nosso desempenho educacional seria menos do que medíocre.

Na verdade, expunha Ribeiro, a educação que o Rio de Janeiro prestava à sua população era de tão baixa qualidade como a que se ministrava nas áreas mais pobres do país. A situação de São Paulo à época, 1986, para ele era semelhante, uma vez que metade das crianças não estava passando da primeira para a segunda série e que a progressão, daí por diante, era igualmente precária. Como se verificava, o mal era generalizado e constituía, sem dúvida, uma *doença* nacional, ou seja, não fomos capazes, até o momento, de criar uma escola pública honesta, adaptada às necessidades da população brasileira, concluía Ribeiro.

Tamanho fracasso educacional não se explicava, retoma Ribeiro, pela falta de escolas, pois elas estavam presentes, e em – grande - bom número, nem por falta de escolaridade, uma vez que estão/estavam repletas de alunos, sobretudo na primeira série, que absorviam quase metade da matrícula. Muitos fatores contribuíram para esse fracasso. O que Ribeiro afirmava, era que a razão causal verdadeira não residia em nenhuma prática pedagógica. Residia, isto sim, na atitude das classes dominantes brasileiras para com o nosso povo. Segundo Ribeiro, um fator importante do nosso baixo rendimento escolar residia no pouco tempo de atendimento que se dá a criança no processo educacional escolar.

Este ângulo da questão merecia atenção especial. A criança das classes mais abastadas que em casa têm alguém que estude com ela algumas horas extras, enfrenta facilmente esse regime escolar em que quase não há aulas. Nesse regime, a criança pobre vinda de lugares mais atrasados, porque ela só contaria com a escola para aprender alguma coisa. Ai estaria, o âmago da questão, para Ribeiro, nossa escola fracassava por seu caráter cruelmente elitista.

Segundo Ribeiro, alguns educadores alienados, envoltos nas névoas de sua pedagogia pervertida, estavam dispostos a afirmar que o fracasso escolar da criança pobre se devia a deficiência que ela trazia de casa. A escola não teria nada a ver com esse fracasso, observava Ribeiro, pois segundo os professores, se enfrentava uma situação carencial insuperável. Em decorrência, não seria viável educar para a cidadania a maior parte da população brasileira. A criança popular urbana, que vive em condições precárias, nas favelas ou nos bairros pobres da periferia, como em tantas outras regiões do Brasil, é essencialmente diferente da criança mais afortunada que vive nas áreas ricas.

O pequeno favelado, afirma Ribeiro, comendo pouco e mal, crescia raquítico. Às vezes era até prejudicado por informações mal dadas, se a fome ocorria muito cedo ou se era demasiada. Sua fala também seria peculiar e atravessada, aos ouvidos do educador. Toda a inteligência desta criança nos afirma Ribeiro, estava voltada para a luta pela sobrevivência autônoma, em esforços nos quais alcançava

uma eficácia incomparável. A criança mais abastada se desenvolve bem fisicamente, fala a língua da escola, é ágil no uso do lápis e na interpretação de símbolos gráficos e chega à escola altamente estimulada pelos pais, através de toda uma sorte de prêmios e gratificações, para aprender rapidamente. Uma ou outra demonstrava alguma incapacidade. Já o favelado, explanava Ribeiro, lutava para competir na escola, enquanto o mais rico lutava para sobreviver solto na cidade.

Ocorria, porém, que todos iam à escola e ali competiam; mas o menino rico não teria, jamais, de lutar pelo sustento, nem cuidar dos irmãos, e raramente caía na delinquência. Nestas circunstâncias, um desempenho natural e inevitável era valorizado pela escola, o outro, severamente punido. Frente a esses fatos, Ribeiro sustentava que era preciso começar a reconhecer e proclamar que tínhamos uma escola primária não somente seletiva, como elitista. Com efeito, ela receberia as crianças advindas das massas populares em grande número, mas, tratando-as como se fossem iguais às oriundas dos setores privilegiados, explica Ribeiro, as peneira e exclui da escola.

Vale dizer, relembrava Ribeiro, que nosso pendor elitista começa na escola primária, pois ela, de fato, se estrutura para educar as classes mais abonadas e não o povo que constitui a maioria de sua clientela. Ribeiro se pergunta: como negar que tínhamos uma escola desonesta e inadequada? O fato que não podia ser retocado era o de que ela funciona, tomando como sua clientela própria, normal, uma minoria. Ela seria então, para Ribeiro, uma escola para os 20% e não para os 80% da população. Uma escola desvairada que via como desempenho normal, desejável e aceitável, o rendimento *anormal* da minoria dos alunos que tinham quem estudasse com eles em casa mais algumas horas, e que viviam com famílias em que alguns membros já tinham pelo menos o curso primário completo.

Como na imensa maioria das famílias brasileiras não existe essa pessoa, desocupada e pronta para tomar conta das crianças e estudar com elas, continua Ribeiro, a escola não tinha o direito de esperar isto. Funcionando na base dessa

falsa expectativa, ela seria uma escola hostil à sua clientela verdadeira, por que, sendo uma escola pública, a sua tarefa era a de educar as crianças brasileiras, a partir da condição em que elas se encontravam. Uma degradação tão grande e tão perversa do sistema educacional só se explicaria por uma deformação da sociedade.

Ribeiro explanava que nosso desigualitarismo cruel, que conduzia ao descaso pelas necessidades do povo, levava à pique também a educação, permitindo que se criasse o monstro que é uma escola pública antipopular. Suas causas, explica Ribeiro, residiam nas camadas mais profundas da nossa identidade enquanto nação e diziam respeito ao caráter mesmo da nossa sociedade. Ribeiro temia até que os brasileiros, pela sociedade que somos e pela forma com que estamos organizados, estivessem estruturados de maneira pervertida. Para Ribeiro, somos uma sociedade deformada que carrega dentro de si cicatrizes e malformações históricas profundas, difíceis de serem superadas e que tardavam a serem reconhecidas e denunciadas.

Brizola: vida, obra política e preocupação com a educação popular

Filho de José de Oliveira dos Santos Brizola, agricultor, tropeiro e revolucionário e Oniva de Moura, agricultora e alfabetizadora, Itagiba de Moura Brizola, nasceu em 22 de janeiro de 1922, na pequena localidade de Cruzinha, antigo distrito e hoje cidade de Carazinho, integrando o município de Passo Fundo, situado no norte do Rio Grande do Sul. A região era habitada em grande parte por pequenos lavradores, muitos de origem alemã, italiana e de gaúchos, camponeses descendentes de indígenas e portugueses.¹ Sua irmã Francisca Brizola, que tinha o apelido de Quita, afirmava que o pequeno Itagiba, brincava de espada e dizia que era Leonel e tinha sido ela que o batizara de Itagiba. Quita explicava que a fixação do menino pelo nome Leonel, se devia ao comandante de seu pai Leonel Rocha sempre ter figurado nas histórias que se contavam em sua casa.

Leonel Rocha era o comandante de José Brizola, no destacamento guerrilheiro maragato que combatia os chimangos, na Revolução ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul em 1923. Nesta revolução, os maragatos se levantaram contra o governador Borges de Medeiros, sustentados pelos chimangos, que estavam há mais de 20 anos no poder. Brizola teve uma infância difícil em função da morte prematura do pai e, em decorrência, de todas as dificuldades econômicas pelas quais passou com sua família.

Foi alfabetizado, juntamente com seus cinco irmãos por sua mãe, que buscou junto ao prefeito da cidade dinheiro para que Leonel pudesse ir estudar em Porto Alegre na Escola Técnica de Agricultura. Em 1936 o próprio Brizola, consegue, junto ao prefeito uma passagem com destino a capital gaúcha. Nesta, para sobreviver e poder estudar Brizola engraxa sapatos nas ruas de Porto Alegre e trabalha e empregos humildes. É a custa de muito esforço que consegue continuar

1 LEITE FILHO, FC. *El Caudillo: Leonel Brizola: Um perfil Biográfico*, 2008:25

estudando e passar para a Escola Técnica de Agricultura que ficava em Viamão, perto de Porto Alegre.² Durante o período em que cursa a escola, Brizola faz e passa para o concurso de fiscal de renda do município e é aprovado no Colégio Júlio de Castilhos, uma escola pública freqüentada pela elite e por onde passaram as principais lideranças do Estado.

Do Júlio de Castilhos, Brizola vai para a Faculdade Federal de Engenharia, depois de ter sido aprovado com distinção no vestibular. Com dificuldades para conciliar o trabalho com o estudo, ele procurou um empresário pedindo para que custeasse os seus estudos e que, em troca, depois de formado, ajudaria outro estudante em situação similar a dele. Não teve sucesso. Pode-se aventar a hipótese de foi dessas agruras vividas para poder estudar que Brizola faria da educação um meta sempre constante nas suas futuras plataformas políticas. Brizola não desanima e passa a conciliar trabalho, estudo e outra atividade que passou a desenvolver intensamente: a política. Principalmente, depois que Getúlio Vargas, seu mentor ideológico, funda o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1946.

O começo da vida política de Brizola, que ocorre durante os seis anos passados na universidade, implicou numa gradual aproximação de João Goulart e de Getúlio Vargas. Em 1945-46, Vargas no poder há 15 anos, compreendendo que o Estado Novo, pedra de toque do regime autoritário que presidia e havia implantado em 1937, estava inviabilizado a curto prazo, começou a preparar a volta à democracia.

Políticos da oposição e do próprio governo se beneficiam do clima de distensão, provocado, de um lado, pela fadiga do regime e de outro, pela vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, fato que colocava o regime autoritário brasileiro na contramão das tendências internacionais dominantes na ocasião. Getúlio foi deposto em 1945, fundou o PTB que concorreu as eleições presidenciais vencidas pelo Gen. Eurico Gaspar Dutra, que foi o candidato da coligação PSD/PTB.

2 Idem: 36

Nesta época, Brizola começa a articular a chamada Ala Moça do PTB, setor jovem do partido destinado a abrigar e formar as futuras lideranças.³ Brizola, porém, não limita sua atuação aos estudantes e procura o apoio de operários, camponeses, pequenos agricultores, ferroviários e servidores públicos. Logo se torna o primeiro presidente do partido e passa a viajar pelo interior do Estado instalando seções municipais e diretórios do PTB. Ainda em 1945, Vargas, auto-exilado em São Borja, se encontra com Brizola. A diferença de idade de entre Vargas, então com 62 anos e Brizola, com 23, não constituiu empecilho para o desenvolvimento de uma estreita relação de amizade que cada vez mais se aprofundaria até o suicídio do Presidente, em 1954.⁴

O trabalho de Brizola de difusão do PTB começa a produzir resultados concretos, e já na primeira eleição depois do Estado Novo, em seis de maio de 1946, foi eleito para o exercício de seu primeiro cargo público - o de deputado estadual junto à Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul - com uma votação expressiva de 3.839 votos, o 11º da bancada do PTB de 23 eleitos, e o 27º de um total de 55 representantes. Já no primeiro dia de funcionamento da Assembléia, levanta a bandeira da educação, que nunca mais deixaria, e que passaria a ser sua marca registrada nos mandatos parlamentares e executivos pelos quais passou.⁵

Quando se torna Governador do Rio Grande do Sul, em 31 de Janeiro de 1959, aos 37 anos, Brizola já tinha sido deputado estadual por duas vezes, quando foi líder do PTB na Assembléia Legislativa; secretário estadual de Obras Públicas; deputado federal por um ano, em 1955, e prefeito da capital, Porto Alegre, mandato que interrompeu em dois anos, 1956 e 1960, para tentar ser eleito em seu Estado. Durante seu mandato no executivo do município, construiu 135 escolas levando educação a todo o município porto alegreense.⁶ Brizola acreditava que dentro do executivo estadual, deveria unir todos os gaúchos, o que foi

3Idem: 40

4Idem: 41

5Idem: 42

6Idem: 43

providenciado na própria campanha eleitoral. Ainda que tivesse conquistado muito prestígio pessoal, pelos cargos públicos e mandatos exercidos, Brizola chegou ao Palácio Piratini, sede do Governo do Rio Grande do Sul, tendo a alavancar a sua candidatura uma aliança política-ideológica que pode ser dizer esdrúxula, envolvendo o PTB, o Partido da Representação Popular (PRP), presidido por Plínio Salgado e o Partido Social Progressista (PSP), de Adhemar de Barros.

Como governador, Brizola começou por implodir a própria máquina de governo que caduca e emperrada, só servia para sustentar os que se locupletavam dessa situação. Ele contrata servidores através de concurso público, como no caso dos mais de 45 mil novos professores empossados.⁷ Brizola demonstrava bem compreender que sem o apoio e a participação ativa da comunidade, não conseguiria implantar seu projeto político, pois só com o apoio entusiástico da comunidade fora possível levar adiante a realização de obras como a Ponte sobre o Rio Guaíba, a implantação do trem diesel Minuano, dos 24 portos lacustres e fluviais e os mais de cem projetos de ampliação e construção de estradas, além das primeiras escolas públicas, obviamente.

A primeira de suas metas como Governador gaúcho foi tratar da educação, pois o analfabetismo era uma das grandes problemas do Rio Grande e do Brasil em meados do século passado, enquanto na Argentina e Uruguai as taxas de alfabetização eram de quase 90%, a da população brasileira atingia um índice baixíssimo.⁸ Na década de 50, por exemplo, haviam 15.272.632 milhões de analfabetos em uma população de 30.249.423 milhões com idade acima de 15 anos, ou seja cerca de 50,5% da população à época⁹.

Outra constatação de Brizola ao chegar ao poder executivo do Estado gaúcho era que da forma como funcionavam as empresas prestadoras de serviços essenciais como luz e telefone, se tornavam muito complicada a meta de

⁷Idem: 45

⁸Idem: 46

⁹ IBGE: censo de 1950.

desenvolver o Estado. O dado importante é que, a partir dessas premissas, ou seja, a largada para a escolarização plena e a absorção, pelo Estado, das multinacionais, através de estatais modernas e eficientes, uma para gerir a eletricidade e a outra, os telefones, a equipe de governo partiu para a implementação de outros setores.

Foi o caso das estradas, outro gargalo que impedia o escoamento da produção e a comunicação das diferentes fontes com os portos e terminais. Um importante desafio era a falta de recursos, que Brizola enfrentou criando um sistema de captação, envolvendo a emissão de títulos públicos, a criação da Caixa Econômica do Estado e a incorporação do Banco do Estado, o Banrisul, como agente de desenvolvimento e a implantação de taxas especiais, como a da escolarização, de 10% sobre todos os impostos, em 10 anos. Ele ainda partiu para tentar uma integração regional com os outros Estados criando o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico o BRDE. Com base nessa estrutura foi possível avançar para a metalurgia.

Em dezembro de 1960, com menos de um ano de governo, Brizola cria a Companhia Siderúrgica Aços Finos Piratini, destinada à exploração comercial e industrial de usinas siderúrgicas e de mineração de carvão. Tais medidas são depois reforçadas com a Refinaria Alberto Pasqualini, da Petrobrás, o Pólo Petroquímico e todo o conjunto de empresas formadas ao seu redor.¹⁰ A instalação da refinaria, disputadíssima entre vários Estados, ocorreu graças a insistência de Brizola junto ao Presidente de então, Juscelino Kubitschek. A ação de Brizola no governo gaúcho também foi notada nos transportes, com as estradas que abriu, e de que é exemplo mais vistoso a Estrada da Produção.

Essa via passou a ligar as regiões agrícolas produtoras ao Noroeste do Estado, aos portos do Rio Grande e Porto Alegre, que através de convênios com o governo federal, tiveram sua bacia de evolução e canais dragados. Brizola constrói ainda a usina de Jacuí, até a poucos anos a maior do Estado, termina a construção da usina termoeletrica de Charqueadas, nas proximidades de Porto Alegre, e coloca

¹⁰ Idem: 47

em operação a de Candiota, em Bagé.¹¹

Por fim, implanta a Açúcar Gaúcho S/A, a AGASA, na área de cultivo de cana, considerada uma das regiões mais pobres do Estado, como forma de dinamizar a região e encaminhá-la para o desenvolvimento. Brizola ainda buscou tocar na questão da reforma agrária em seu Estado, criando o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, o IGRA. Em 1961, Brizola dá início a esse processo, com o Movimento dos Agricultores Sem Terra, o MASTER, chegando ele mesmo a doar 45% das propriedades de sua esposa Neusa Brizola como contribuição ao movimento. Ainda em 1959, Brizola encampou, ou seja, desapropriou, a Companhia de Energia Elétrica Riograndense (CEE), filial da *Bond&Share*, uma poderosa multinacional americana e dois anos depois, foi a vez da subsidiária de outra multinacional, igualmente poderosa, a IT&T, chamada no Brasil de Companhia Riograndense de Telefones, a CRT.

Nos dois casos, Brizola alegou as mesmas razões de ineficiência e prejuízo ao desenvolvimento do Estado.¹² Nestas duas empreitadas houve um desgaste muito grande de Brizola com o governo federal e com os EUA, mas no fim, depois de um acordo do governo João Goulart com as duas empresas, elas se dão por satisfeitas e abandonam toda a grita internacional e os movimentos para denegrir a imagem do Brasil e de Brizola no exterior. Ideologicamente, ao contrário do que poderia parecer, Brizola não se confessava seguidor nem do socialismo da URSS e tampouco do capitalismo americano, diz sobre isso Moniz Bandeira, *as contradições de Brizola, formaram-se e consolidaram-se na argamassa de sua vivência política e administrativa*.¹³ Brizola ocupou posição de liderança e destaque na chamada rede da Legalidade, movimento que envolveu organizações civis e parcela dos militares visando assegurar a posse de João Goulart na presidência após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de Agosto de 1961.

Alegando que Jango tinha forte apoio de sindicatos esquerdistas, os

11 Idem: 48

12 Idem: 65.

13 BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*, 1979: 111

segmentos mais conservadores do empresariado e das forças armadas perpetraram um golpe para impedir sua posse. João Goulart era o lícito sucessor de Jânio Quadros pois vice-presidente da República quando de sua renúncia. Em decorrência da tentativa de golpearem as instituições democráticas Brizola movimentou-se em seu Estado e fora dele para garantir que a constituição fosse cumprida e o Vice pudesse tomar posse legitimamente.

Para isso Brizola contou com sua natural ousadia e a força do rádio para deflagrar a referida campanha que ganhou dimensões nacionais. Brizola conseguiu o apoio dos governadores Mauro Borges (Goiás) e Ney Braga (Paraná). Este foi saudado com entusiasmo pelos estudantes, entre os quais o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Aldo Arantes, que logo se desloca para Porto Alegre, onde instala o comando da entidade e as lideranças sindicais, mobilizadas nas diversas capitais.¹⁴ Desde que lhe chegaram as primeiras notícias da renúncia de Jânio Quadros, Brizola estabelece contato com o comandante do III Exército, General Machado Lopes.

Ao mesmo tempo, coloca a Brigada Militar sob o seu comando em prontidão rigorosa e dá ordem para que os pontos estratégicos da cidade fossem ocupados. Paralelamente a adoção destas medidas, Brizola concentrou na capital diversos contingentes da Brigada que se encontravam destacados nos municípios vizinhos e colocou sob seu controle a companhia telefônica, as empresas de transportes e trens, a Usina Elétrica do Gasômetro e a Varig. Com isso, o governador tinha comando sobre as comunicações e os transportes. A cadeia da Legalidade, uma rede de emissoras que, no seu ápice, chegou a atingir quase 200 estações de rádio de todo o país.¹⁵ As rádios gaúchas que haviam transmitido o manifesto do Marechal Lott, defensor da Legalidade, tinham sido lacradas e seus cristais retirados, por ordem de Brasília.

O governador do Rio Grande do Sul decidiu então ocupar a única emissora

14 LEITE FILHO, F. C. *El caudillo: Leonel Brizola: um perfil biográfico*: 98

15 Idem: 102

em atividade no Estado, a Rádio Guaíba, do grupo de propriedade de Breno Caldas, que controlava o jornal *Correio do Povo*, e estava no ar justamente porque não tinha transmitido a mensagem do Marechal. Brizola continua na resistência no sul e vai difundindo a Rede da Legalidade, com a inclusão, primeiramente das Rádios Farroupilha e Difusora e depois da Gaúcha, que retomaram seus cristais por ordem do governador. Várias emissoras de rádio do interior e dos Estados do Paraná, São Paulo, Bahia, Goiás, e outros não alcançados pela censura foram formando cadeia.¹⁶ A programação da legalidade que permanecia no ar durante a manhã, tarde, noite e madrugada, consistia em noticiários, marchas militares e proclamações do governador, de lideranças estudantis e sindicais. De lá falavam, além de Brizola, o presidente da UNE, Aldo Arantes, o deputado federal Max da Costa Santos, o líder comunista João Amazonas e deputados como Rui Ramos (PTB-RS) e Tenório Cavalcanti (UDN-RJ), folclórica liderança da Baixada Fluminense conhecido como “o homem da capa preta”. A Rede da Legalidade transformava-se também numa excelente fonte de informações, uma vez que a imprensa de quase todo o restante do país estava sob censura ou autocensura. Dessa forma, informações como o manifesto do Marechal Lott, depois a prisão deste, assim como as manifestações e greves que eclodiam nos estados, além da adesão do governador Mauro Borges à Legalidade, eram divulgadas em primeira mão pela rede.

No restante do país, começam as reações contra as medidas cerceativas e a censura.¹⁷ A UNE, que teve sua sede, localizada na Praia do Flamengo, no Rio, invadida pela polícia a mando do Governador Lacerda, decreta greve geral em todo o país. Sua diretoria consegue fugir. No porto do Rio, 32 navios esperam descarga por causa da greve de 13.500 trabalhadores. Entre os cariocas, também, 37 sindicatos fazem manifesto único em defesa da Constituição e convocam à greve geral.

16 Idem: 104

17 Idem: 108

Ao mesmo tempo, tropas do I Exército, com sede no Rio, agindo de acordo com a cúpula militar, usam os principais pontos de Niterói, então capital do Estado do Rio de Janeiro, para impedir as passeatas. É nesse momento que o comandante do III Exército, General Machado Lopes rompe com a cúpula militar golpista e adere ao movimento legalista. No Paraná, havia uma grande pressão sobre o Governador Ney Braga para se posicionar contra o veto a Jango. Em Goiás, o Governador Mauro Borges já se engajara na Campanha da Legalidade.

No congresso, os protestos eram generalizados e vários deputados como Neiva Moreira (PSP-MA), secretário-geral da Frente Parlamentar Nacionalista, Rui Ramos (PTB-RS), e Adauto Lúcio Cardoso (UDN-RJ) pedem a destituição, prisão e enquadramento dos ministros militares em crime de responsabilidade. Neiva chega a pedir a transferência da Câmara para Goiânia, como forma de livrar-se da pressão militar. A situação toma contornos de guerra quando o Ministro da Guerra Odílio Denys e o general Orlando Geisel decidem partir para o confronto bélico no Sul, inclusive visando o bombardeamento da capital gaúcha, no que foram rechaçados pelo general Machado Lopes e seu chefe de Estado Maior general Antônio Carlos Muricy. Mesmo com várias desavenças pessoais com Brizola, esses generais decidiram desacatar as ordens de ataque aos civis no Sul.

Os golpistas de 61 esbarraram ainda, em Goiás, no governador Mauro Borges Teixeira, um coronel do Exército.¹⁸ Três dias após a renúncia de Jânio Quadros, Mauro Borges lança um manifesto aos goianos e aos brasileiros, a partir da estatal Rádio Brasil Central, uma estação das mais potentes do país. O comando golpista em Brasília reagiu ao atrevimento do governador, mandando lacrar os transmissores da Rádio Brasil Central e censurar todo o sistema de comunicação do Estado. Mas o governador interveio ordenando que a polícia garantisse a segurança da emissora, cujas transmissões passaram a operar sob o comando direto do governador, na sede do governo estadual, o Palácio das Esmeraldas.¹⁹

18 Idem: 130

19 Idem: 131

Os golpistas não contavam com mais essa resistência e já davam sinais de desarticulação e muito medo. Havia ainda as deserções em suas trincheiras e a sabotagem de muitas de suas ordens. Os ministros militares, sentindo-se inseguros, em Brasília, tinham partido para o Rio de Janeiro, onde esperavam tocar o golpe, sob a proteção do governador Carlos Lacerda e do comandante do I Exército. Tudo terminou com a decretação do Parlamentarismo, pelo Congresso, de comum acordo com os ministros militares, e aceitação desta solução por João Goulart, para contrariedade de Leonel Brizola e de Mauro Borges.²⁰

A partir dali, selou-se uma grande aliança entre Goiás e o Rio Grande do Sul que acarretou, em 25 de outubro de 1961, na criação, em Goiânia, da Frente de Libertação Nacional, para congregar as forças antiimperialistas. A Frente foi presidida por Brizola, tendo Mauro Borges como secretário-geral e entre os membros diretivos Miguel Arraes, Barbosa Lima Sobrinho e Aldo Arantes. O parlamentarismo, no entender de Brizola, seria a negação de toda aquela luta do povo unido com os militares rebeldes primeiramente em Porto Alegre e depois em todo o Brasil.

Com aquele acordo, Goulart assumiria a presidência com os poderes bastante diminuídos. O ministério e o Programa de Governo seriam, na verdade, ditados e chancelados pelo Congresso, onde predominavam interesses contrários ao movimento da Legalidade. Além disso, o Presidente não teria o poder, como é lei nas outras democracias parlamentaristas, de dissolver o parlamento, no caso de fracasso na administração da coisa pública. Apesar da decepção com o desfecho dado no caso da posse de Jango, Brizola valorou a reação de seus compatriotas e que resistiram e permitiram que, mesmo sem seus poderes máximos, o vice-presidente Goulart assumisse a presidência a República.

Antes de, no próximo capítulo, falar sobre a prática educacional de Brizola como governador do Rio de Janeiro em seu primeiro governo, é importante, falar de suas realizações nesta área ainda em Porto Alegre e no próprio Estado do Rio

²⁰ Idem: 134

Grande do Sul, para deixar patente de onde vem a sua disposição para se tornar um político com um enorme legado na área de educação. Entre 1956 e 1958, como Prefeito de Porto Alegre, Brizola se lança a uma mobilização intensa para espalhar escolas por todos os cantos da cidade, através de construções simples, de preferência em prédios de madeira, rápidos de serem construídos e econômicos, além de aproveitar a grande oferta da matéria-prima, então presente abundantemente no Estado.

O prefeito compreendia que a educação é uma oportunidade que deve ser oferecida em igualdade de condições e que deve ser levada à criança e aos jovens, seja nas áreas urbanas ou nos rincões mais distantes. O Brasil e especialmente Porto Alegre viviam uma fase de grande carência educacional. Brizola procurou mobilizar toda a sociedade local em prol desse projeto e com isso, foi possível se conseguir o barateamento do preço do material de construção, mão de obra barata e às vezes gratuita e facilitar a inspeção dos trabalhos. Pouco tempo depois, Brizola recebia os líderes das comunidades e outros moradores sugeriram a construção de escolas dentro de um quartel do Exército no bairro Paternon, então o mais populoso e constituído de moradores de baixa classe média, em sua maioria. Brizola consultou o comandante da área, que concordou com a construção. Até o final de seu governo mais quatro quartéis tinham abrigado uma escola civil para servir à comunidade.²² A simples construção de escolas não resolveria o problema, por causa da carência também alimentar das crianças.

Por isso, em novo mutirão, Brizola providenciou a merenda, material e o uniforme escolar. No Governo do Estado gaúcho, para onde se deslocou depois de dois anos a frente da prefeitura de Porto Alegre, Brizola dotou o Rio Grande do Sul de uma rede de ensino primário e médio que atingiu os mais longínquos e desassistidos municípios. Ao mesmo tempo, desenvolveu um programa de alfabetização para 1,5 milhões de adultos. Em quatro anos, já estavam prontas e

22 Idem: 152

funcionando 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios, colégios e escolas normais, num total de 6.302 escolas, com 688.209 novas matrículas e 42.153 novos professores.²³

Os mutirões continuavam a ser peça importante na feitura de novas escolas. As comunidades, contavam com material de construção cedido pelo Estado, a doação de terrenos e transporte das Prefeituras e, em contrapartida, oferecia a mão-de-obra especializada, com carpinteiros, pedreiros e etc, o que possibilitava a construção de centenas de escolas. Diz Moniz Bandeira, que só no município de São Jerônimo, por exemplo, *foram construídas e postas a funcionar 81 novas unidades. O plano de educação pôde assim alcançar inclusive as zonas do pampa gaúcho, onde a baixíssima densidade populacional dificultava as atividades de ensino.*²⁴ O lema *Nenhuma criança sem escola*, foi adotado por Brizola desde que se candidatou pela primeira vez a deputado estadual no RS em 1946. Hoje em dia este lema é repetido a exaustão por políticos de diversas correntes e que deixam este tema como fastidioso para a população que se cansa de ouvir promessas nesta área e de ver poucos resultados concretos. Na própria Assembléia Legislativa, Brizola já tratava a educação como lema prioritário. Com o apoio de estudantes e líderes da comunidade, pressionou o governo por mais escolas e uma melhor qualidade no ensino. Teve até um projeto aprovado isentando os livros de impostos.

Como secretário de Obras públicas, sem primeiro posto no executivo, trabalhava em parceria com o secretário de Educação, Mariano Beck, que continuaria na pasta quando Brizola assumiu o governo do estado. Como Prefeito de Porto Alegre, 1956 a 1958 construiu 135 escolas. Brizola elaborou um plano de custo baixo, e possível de ser executado, através de pequenas construções modulares em madeira. Eram escolas de uma a doze salas, que foram instaladas não só nos grandes centros, como também nos locais mais distantes do Estado, e de acordo com as necessidades de cada comunidade.

23 Idem: Ibidem

24 BANDEIRA, M. *Brizola e o trabalhismo*, 1979: 210

Nos grandes centros, como Porto Alegre, Caxias, Pelotas, Bagé e Santa Maria, também necessitados de ensino, quando governador, Brizola instalou grandes e sofisticadas escolas públicas, a partir de ampla reforma que introduziu no sistema da época – ensino primário, ginásial, médio e técnico. Nestas escolas o estudante pobre também foi contemplado com alimentação, material escolar e até como item do uniforme um par de tênis.²⁵ O governo ainda se voltou para formar, atualizar e contratar professores em grande número, aparelhar os ginásios, colégios e escolas técnicas, com equipamentos modernos.

Para garantir o envolvimento da população neste projeto tão amplo e ambicioso, o governo do Estado procurou atrair as comunidades, as prefeituras e o próprio ensino privado, apesar dos contratempos enfrentados pelo governador por causa do apelo popular que suas obras traziam. O governo de Brizola recorreu à criatividade para obter os polpudos recursos de que necessitava. Para isso, aumentou os investimentos em educação em 22,76% do orçamento total, criou uma taxa de educação, cobrando 20% sobre todos os impostos; emitiu apólices do tesouro estadual, religiosamente pagas, ao ponto de seu valor igualar-se ao cruzeiro, moeda vigente à época; e ordenou a transferência para a secretaria de Educação de todos os recursos humanos e materiais disponíveis ou subutilizados nos demais órgãos do Governo.²⁶ O professor Claudemir de Quadros, autor do livro *As brizoletas cobrindo o Rio Grande* mostra que a primeira providência de Brizola no governo do Estado gaúcho foi desmembrar a secretaria de Educação em três subsecretarias: a do Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino Técnico.

Um grupo de trabalho, chefiado pelo secretário Mariano Beck, através de uma pesquisa sobre a educação no Rio Grande do Sul, concluiu que o déficit de matrículas para as crianças entre 7 e 14 anos era de 273.095, tanto nas escolas estaduais como nas municipais. A amostra da pesquisa abrangia 1.003.839 alunos, sendo que 281.370 a nível estadual, 320.048 a nível municipal e 129.317 no ensino

25 LEITE FILHO, F. C. *El Caudillo: Brizola: Um perfil biográfico*, 2008: 155

26 Idem: 156

privado.²⁷ A partir desse desmembramento foi implantado o Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário, com duas metas principais: a escolarização de todas as crianças em idade escolar, de 7 a 14 anos, e a erradicação do analfabetismo.

A primeira meta a ser cumprida era a de construir duas mil escolas nos primeiros dois anos de governo. Para isso, foram criados o Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (Sedep), com o objetivo de expandir e descentralizar o Ensino Primário, fazer convênios com os municípios, dar orientação técnico-pedagógica e fiscalizar os trabalhos de execução do programa. A Comissão Estadual de Prédios Escolares (Cepe), órgão de cooperação entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Obras Públicas para estudar, planejar, projetar e executar as tarefas de conservação, reparos, adaptação, construção e aparelhamento dos prédios escolares.

A Cepe era um órgão executivo com regionais instalados nas Delegacias de Ensino e constava de um Grupo de Arquitetura, encarregado de projetos, cálculos e orçamentos; um Grupo de Obras; um Grupo Administrativo e o Grupo de Parques e Jardins. As brizoletas, segundo o professor Quadros, se constituíam num espaço planejado que educa. Não têm fachadas imponentes e muitas não são, tampouco, sólidas, já que foram construídas em ritmo muito frenético.

Segundo ele, *pelo contrário, são edifícios simples e modestos, mas que trazem na sua concepção uma missão civilizadora e modernizadora.*²⁸ A meta de Brizola era alcançar todo o Estado, incluindo as comunidades mais isoladas, quase todas desprovidas de ensino, na época. Nestas localidades, a maior parte das escolas era construída em madeira, com duas ou três salas, sempre com potencial para serem ampliadas a qualquer hora, dependendo da necessidade. A preferência pela madeira se dava, principalmente, por causa da abundância desta matéria-prima e da disponibilidade de mão de obra no Estado. Com ela, uma construção se

27 QUADROS, C. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande*, 2002: 43

28 Idem: 52

completava em menor tempo, e a um custo bem mais reduzido.

Havia, finalmente, a facilidade no seu transporte, uma vez que o objetivo era atingir os municípios mais distantes. Uma das características dos governos de Brizola, era a de, com seus projetos explorar as potencialidades do território e os recursos humanos disponíveis. Desta forma, o Estado não só trazia educação e desenvolvimento às comunidades, como gerava empregos, dotava as pequenas e médias empresas de potencial para se desenvolverem e promovia o crescimento da economia. Graças a isso, o esforço do governo gaúcho, recebeu grande apoio da população e até das próprias elites do Estado, que viam a população progredir e o mercado crescer. Mas o programa educacional, era temido por alguns setores mais conservadores e reacionários, e poderiam ir de encontro aos interesses das escolas particulares que tinham na Igreja Católica sua principal mantenedora.²⁹ Acontece que Brizola tinha interesse em manter o ensino privado, primeiramente por concordar com a sua eficácia, e, também, por necessitar dele para atingir a meta de escolarização. A parceria com as escolas particulares era um item muito importante de seu plano educacional. Nesta parceria, os professores das escolas públicas eram cedidos as escolas particulares em troca de vagas para os alunos excedentes na rede pública.

Segundo Claudemir de Quadros, entre 1959 e 1961, foram 668 professores cedidos pelo Estado ao setor privado, enquanto as matrículas gratuitas em escolas particulares passaram de 11.358 para 26.319.³⁰ Houve também financiamentos diretos para a construção de escolas particulares, como o Ginásio São Judas Tadeu, de Porto Alegre, o qual, por sua vez, se comprometia a assegurar matrículas gratuitas a alunos que faziam parte do contingente excedente nas escolas públicas. Brizola se aproveitou de um aspecto bastante peculiar da Constituição do Estado gaúcho, que conferia ao Rio Grande do Sul uma situação de Estado quase independente, para, numa iniciativa pioneira, hoje comum, autorizar a emissão de

29 LEITE FILHO, F. C. *El caudillo: Brizola: um perfil biográfico*, 2008: 158

30 QUADROS, C. *As brizoleiras cobrindo o Rio Grande*, 2002: 64

Letras do Tesouro(lei 3785/59), com vencimentos que iam de um a cinco anos, podendo as mesmas serem utilizadas como pagamento de imposto.

Como tais letras eram pagas rigorosamente pelo tesouro, seu valor chegou a se igualar ao cruzeiro. Tal engendramento, somando a outros empreendimentos financeiros, ainda serviu para financiar, além da educação, projetos de vulto nas áreas de construção de estradas, reforma agrária e criação de distritos industriais. Brizola conclui seu mandato de governador do Rio Grande do Sul com o Estado coberto de escolas e um índice irrelevante de analfabetos, agora comparável ao de vizinhos como a Argentina. Esta foi uma experiência inédita no Brasil, que ele repetiria 20 anos depois, com o planejamento e a consecução dos CIEPs, Centros Integrals de Educação Pública que serão estudados no quinto capítulo.

Os Cieps - símbolos da educação popular de Brizola

Planejamento e consecução do PEE

O capítulo tem por propósito expor e estudar a prática educacional do 1º governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1986), onde contando com a participação de Darcy Ribeiro, Oscar Niemeyer e outros, planejou e executou o projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Com relação a Brizola, e seu projeto de educação popular, o professor João Trajano Sento-Sé, afirma que a ênfase neste tipo de educação escolar é crucial e ganhou o lugar de carro-chefe da retórica brizolista, das administrações de Brizola e de sua destinação individual. Desde o início da campanha em busca de seu primeiro mandato como Governador do Estado do Rio, a questão da educação ganhou destaque nas fileiras brizolistas. Nas primeiras pesquisas de opinião que foram realizadas em relação ao pleito, a candidata do PTB, Sandra Cavalcanti, ocupava o primeiro lugar com um discurso voltado para as donas de casa, e fazia uso do problema do ensino público para alavancar seus então altos índices de aceitação junto ao eleitorado.

Diante disso, a cúpula do PDT decidiu intensificar a campanha de que o problema da educação seria a prioritário na administração de Brizola, caso eleito. Mas vale observar que não se tratava de um mero casuísmo de campanha para contrapor-se a concorrente que liderava as pesquisas de intenção de votos como atesta o fato de que iniciativas implementadas nas administrações anteriores de Brizola, quando prefeito de Porto Alegre (1955-1958) e Governador do Rio Grande do Sul (1959-1964), conferiam crédito, ao menos a princípio, à associação entre o projeto político de Brizola e a realização de investimentos pesados na área de educação básica para os setores populares. O projeto educacional de Brizola para o Rio de Janeiro, que começou a ser implantando logo após a sua eleição, foi elaborado por Darcy Ribeiro, candidato a vice-governador do PDT, em colaboração com uma série de educadores de vasta experiência, como Maria Yedda Leite

Linhares, Lia Faria e Laurinda Barbosa.

O projeto tinha como ponto de partida o reconhecimento de que o acesso à escola é um requisito decisivo para a inserção na sociedade moderna - premissa que já em 1904 Manuel Bomfim tinha defendido, conforme anteriormente argumentamos -, tanto do ponto de vista econômico quanto social, político e civil. Vale notar, entretanto, o caráter incisivamente político e combativo que a apresentação do projeto recebe, logo quando começa a ser esboçado. O PEE era encarado como iniciativa fundamental para a reversão de um quadro abrangente de exclusão e marginalização dos setores mais carentes da sociedade brasileira. Buscou adequar o espaço escolar às condições de vida das crianças, jovens e adolescentes das camadas mais baixas.

O núcleo do programa era composto pelos Centros Integrados de Educação Pública - os CIEPs -, os Ginásios Públicos - Gps -, e as Casas Comunitárias - Ccs -. Após as primeiras experiências, e respectivas avaliações, foram integrados ao projeto mais geral os Centros Integrados de Apoio à Criança - os Ciacs, nascidos de uma revisão do programa dos CIEPs e formulados sob encomenda, para serem adotados pelo governo de Minas Gerais - o que acabou não ocorrendo.

Cada um desses programas atendia a certo segmento etário e a alunos com um perfil específico no universo das populações carentes do Estado do Rio de Janeiro. Além dos projetos acima mencionados e conectados a eles, foram concebidos, e implementados, os programas de Capacitação do Magistério e o de Televisão Educativa. Este último é descrito como o canal do programa com a modernidade. Através dele, os recursos audiovisuais e o ensino a longa distância são incorporados ao projeto pedagógico, o que faz segundo Sento-Sé, com que o discurso brizolista reivindique para si o *pioneirismo* nesse tipo de associação escola-televisão. A partir do governo Brizola foram implementados programas educativos voltados para as camadas populares que a ser transmitidos diariamente pela Rede Manchete de Televisão, para todo o Estado. Também estão entre as realizações brizolistas no campo educacional durante o seu primeiro mandato como executivo

supremo do Rio de Janeiro, convênios celebrados entre o governo do estado e a Uerj com o objetivo de produção de material didático e elaboração de instrumentos de capacitação e avaliação de docentes.

Os programas eram norteados por idéias relativamente simples, mas com capacidade de sugerir que, a partir deles, operar-se-ia verdadeira revolução social pelo extrato mais necessitado da sociedade. O programa buscava adequar a dinâmica escolar às condições do dia a dia dos alunos que se pretendia atingir, pela formação de professores capazes de lidar com esse público, em especial. Criar um ambiente propício para que os alunos pudessem desenvolver suas potencialidades. Oferecer-lhes, para tanto, uma boa estrutura com a construção de bibliotecas, aquisição dos mais variados livros didáticos, salas de estudo e profissionais que estivessem sempre orientando-os em suas atividades escolares.

A idéia do programa era fazer com que os alunos permanecessem na escola ao longo do dia, que tivessem naquele espaço de tempo o suprimento de suas necessidades diárias básicas, como cinco refeições diárias, lugar para tomar banho, atendimento médico e odontológico. A escola seria então, um espaço de socialização total, suprimindo as conseqüências adversas que as condições das famílias marginalizadas trazem sobre os seus filhos. O Programa Especial de Educação tinha, portanto, como objetivo, a formação total de seus alunos, indo além dos conteúdos convencionais de formação escolar e visando a formação de indivíduos, de cidadãos em todos os seus aspectos, incutindo-lhes hábitos e conceitos de saúde, higiene, colaboracionismo etc.

O programa apresentava-se também como um projeto dedicado à formação de um povo no futuro, com caráter definido e apto para a inserção no mundo letrado num sentido mais amplo - conforme já defendera Bonfim - . A parte de ineditismo no programa é o caso do chamado aluno residente. Tratava-se do garoto que perdera os laços com a família e não possuía moradia estável ou morava na rua. Para esses é criado um espaço para que pudessem não só permanecer na escola, mas dormir nela. Para cuidar dessas crianças foi criada também a figura da

família social, casal que residiria na escola e que teria responsabilidade sobre os alunos residentes, substituindo a família consangüínea.

As famílias sociais seriam formadas por casais, cujos pais – o pai, a mãe, ou ambos – fossem funcionários públicos com ou sem filhos, e se apresentassem voluntariamente para a função. Residiriam nas escolas e poderiam ser removidos da função se assim o quisessem ou se fossem incapazes para tal, segundo observação posterior. Escola em tempo integral, alunos residentes, famílias sociais, criação de um ambiente propício para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania, eis alguns aspectos centrais do projeto educacional do governo Brizola no Rio de Janeiro. Objeto de acirrada polêmica em torno da vultosa soma de investimentos e de seu uso político é inegável, segundo Sento Sé, que *o PEE acaba por ser a iniciativa mais eloqüente do projeto de Estado implicado no brizolismo*.¹

Para os críticos, o programa visava instrumentalizar o Estado para que pudesse intervir diretamente na formação do caráter e das amplitudes da juventude e infância sob a sua esfera de poder. O Estado então, toma para si integralmente a tarefa de formar cidadãos, de facultar-lhes as noções fundamentais para se socializarem em bases mais solidificadas. Dentre os inspiradores do projeto, Anísio Teixeira é de longe o mais citado.

Escola e Espaço Físico

A escola nova é a referência fundamental mas o PEE buscou dar um salto a mais. Todas as características citadas acima já poderiam mostrar tudo o que o programa queria e pretendia, mas havia mais coisas. Para satisfazer a todas as expectativas previstas, eram necessárias instalações adequadas, afinal, para a realização do programa especial era necessário contar com um espaço pensado e construído para esse fim. Para tal tarefa é convocado o renomado e consagrado internacionalmente arquiteto Oscar Niemayer.

Os prédios que abrigariam os projetos educacionais, liderados por Darcy

1 SENTO SÉ, J. T.. *Brizolismo, estetização da política e carisma*: 169

Ribeiro deveriam ser funcionais, apropriados para a realização simultânea de várias atividades e para cumprir as diversas funções previstas no programa, mas deveriam ser também suntuosos, em suma chamarem a atenção. Não propriamente eles deveriam ser luxuosos, mas que expressassem a magnitude do projeto que deveriam abrigar. Previstos para serem construídos em locais de grande carência e, por isso, em locais pobres, os prédios deveriam, com sua majestosa imponência, funcionar como a celebração da nova concepção de cidadania que seria gestada em seu interior.

Segundo os críticos, os CIEPs foram construídos em locais - como beira de estradas - que lhes dada grande visibilidade para que o governo faturasse politicamente, mas o que se buscava era o *símbolo* de uma nova nação a ser firmada. A disposição interior dos prédios dos CIEPs atesta o raio de alcance do projeto. São na verdade, três construções distintas: o prédio principal, o ginásio polivalente e a biblioteca. No primeiro situam-se salas de aula, o refeitório, a cozinha e o centro médico-odontológico, todos no andar térreo. No segundo andar há outras salas de aula, um auditório, salas para estudos dirigidos e instalações para a administração. No terraço do prédio principal, ficam uma área de lazer e dois reservatórios de água.

As quadras polivalentes, no segundo prédio, são equipadas de arquibancadas e vestiários. Adequadas para exercícios físicos, que fazem parte da educação dos jovens e das crianças. No terceiro prédio, a biblioteca é dimensionada para atender aos alunos e demais membros da comunidade. No início do 1º governo de Brizola no Rio de Janeiro foi autorizada a construção, em caráter experimental, de 30 CIEPs, ao preço de quase um milhão de dólares cada. O sucesso foi tanto que Brizola, Darcy, Niemeyer e toda a equipe se entusiasma e autorizam a construção de mais 120, e, logo depois, de mais 300. O Rio de Janeiro vira um canteiro de obras, pois, além dos CIEPs, se procede à remodelação das antigas escolas, e à construção do Sambódromo. Os CIEPs possuíam uma concepção arrojada e inovadora de educação que até então, era bastante marcada

por altos níveis de repetência e evasão escolar.

E a evasão ocorria não pela falta de escolas, mas porque a criança, sem ter direito a uma refeição, faminta, não conseguia se manter estudando. A concepção arquitetônica dos CIEPs, ao mesmo tempo simples e econômica, era apenas o recipiente de um projeto pedagógico que consistia, como no Rio Grande do Sul, em levar a escola à criança. Até aquele momento, as várias experiências educacionais na antiga capital haviam falhado. Apenas metade das crianças que iniciava o primeiro ano na escola, conseguia ser aprovada para ingressar no segundo ano.

Já na quinta série, atual sexto ano, a chamada evasão escolar subia a mais de 60%. Ao levar a escola até a criança estava implícito também, que não era levar apenas o ensino, como também o ânimo para continuar estudando, se divertir, se alimentar e ser formado como cidadão capaz de se inserir na sociedade em que vive. Os CIEPs foram concebidos para atender a crianças de 1ª a 4ª série ou de 5ª a 6ª série, separadamente. Nos dois segmentos, elas eram atendidas de oito da manhã às cinco horas da tarde. Quando entravam na escola, iam direto para o refeitório tomar o café da manhã e, em seguida, se dirigiam para as aulas convencionais, onde permaneciam até as 12 horas. Depois disso, iam almoçar no refeitório que possuía capacidade para atender até 200 crianças por vez. Depois, às 14 horas, faziam as tarefas passadas nas aulas pela manhã, sob a orientação de professores, no chamado estudo dirigido. Logo após, recebiam aulas de artes, música ou práticas desportivas, conforme sua preferência. Às 17 horas, elas retornavam a seus lares.

O horário especial dos CIEPs visava ainda fazer com que os pais pudessem trabalhar mais sossegados, pois sabiam que seus filhos estariam durante toda a manhã e tarde estudando ou envolvido com outras atividades saudáveis, como as esportivas. O PEE ainda incluía a figura do animador cultural, professor especialmente treinado para promover o relacionamento dos alunos com a comunidade onde se localizava cada CIEP. Cabia a ele associar a escola com seu contexto, oferecendo os equipamentos pedagógicos com que ela contava quadra

poliesportiva, biblioteca, salão social e refeitório, além de poder ser utilizada nos dias em que não haveria aula.

O turno da noite era reservado para aulas de alfabetização, de jovens, onde cerca de 400 jovens e moças, entre 14 e 20 anos, estudariam. O segundo prédio do complexo arquitetônico do CIEP era o salão polivalente, um ginásio desportivo coberto, dotado de arquibancada, vestiários e depósito para guarda de materiais. Finalmente, a terceira construção era a Biblioteca, idealizada para atender os alunos tanto para consultas individuais como em grupos supervisionados, estando também aberta à comunidade local. Com relação às outras escolas da rede estadual, o Programa Especial de Educação buscava se expandir, com o objetivo de acabar com o turno da noite, garantindo pelo menos 5 horas de aula a todas as crianças e, simultaneamente, criar mil Casas da Criança. Deveriam ser implantadas onde há maior adensamento populacional e maior carência, para acolher crianças de três a seis anos, no programa de educação pré-escolar.

Para levar à prática essa meta, foi implantada uma Fábrica de Escolas que, operando com a tecnologia de argamassa armada, construía cerca de 600m² de obras diariamente.² O governo ainda buscou reconstruir a rede escolar existente, transformar a merenda escolar, de modo a assegurar diariamente dois milhões de refeições completas e garantir o transporte gratuito de alunos da rede devidamente uniformizados. O Programa Especial de Educação foi elaborado com a participação dos professores do Rio de Janeiro. Participaram diretamente desses debates 52 mil professores, em reuniões locais, que elegeram mil representantes para os encontros regionais, de que surgiram os 100 professores que discutiram a redação final das bases do Programa Especial de Educação junto com a Comissão Coordenadora.

O programa produziu, finalmente, farto material de apoio didático, tanto para os CIEPs quanto para a rede comum. Ao final do primeiro governo Brizola, no Rio de Janeiro, em março de 1987, deveriam ter sido inaugurados 500 CIEPs e mais

2 LEITE FILHO, F. C. *El Caudillo: Brizola: Um perfil biográfico*: 163

de mil outras escolas menores de vários tipos para atender, em melhores condições, perto de um milhão de crianças e jovens. Uma fonte necessária para entender o processo de implementação e desenvolvimento dos CIEPs no primeiro governo Brizola, é o jornal do Partido Democrático Trabalhista, intitulado *Espaço Democrático*.

Em 1985, no terceiro ano da administração Brizola o jornal anuncia a volta às aulas nas escolas do Estado. A rede estadual naquele ano, contava com 1 milhão 216 mil e 85 alunos matriculados no 1º e 2º graus de ensino, no supletivo, Pré-escolar e Educação Especial. O Estado pretendia receber 274 mil 897 novos alunos e para este fim a rede havia sido ampliada em 150 escolas de 1º grau, 45 de 2º grau, 52 no supletivo, 170 unidades no pré-escolar e 252 novas salas de aula no ensino especial.³ Os alunos receberam 990 mil cadernos e 552 mil caixas de lápis, além de sapatos, uniformes, borrachas e casacos, todo esse material fazia parte do programa *Nenhum estudante sem caderno* que tinha como objetivo apoiar o processo ensino-aprendizagem. A secretaria de educação ainda buscava em 85 consolidar a matrícula no 2º grau em todos os municípios fluminenses aumentando de 278 para 323 as escolas secundárias e ampliando o número de alunos de 593 mil alunos em 1984 para 720 mil naquele ano.

Ainda na área do 2º grau, o currículo teve o número de aulas aumentado. Necessário para garantir o enriquecimento do conteúdo com matérias a serem repassadas, já que os alunos permanecerão mais tempo nas escolas. Tudo isso só era possível com a ajuda das comunidades e de entidades representativas da mesma através de outro Programa chamado *Mãos à Obra nas Escolas*. Esse programa realizou trabalhos de recuperação, restauração e reforma de 667 prédios escolares atendidos integralmente. Havia obras em andamento em 88 escolas públicas e, de forma parcial, em 34 unidades escolares. Com recursos do orçamento fixados em Cr\$ 5 bilhões e 500 milhões a Coordenação de Conservação da Rede Escolar programou a recuperação integral de 160 escolas estaduais,

3 ESPAÇO DEMOCRÁTICO. Muitas novidades marcam volta às aulas para crianças do

destas, à época, 84 já tinham sido concluídas e 76 estavam com os serviços de recuperação em andamento.⁴

Na edição comemorativa dos dois anos de governo Brizola no Rio de Janeiro, o jornal *Espaço Democrático* destaca os feitos deste em várias áreas, na de educação afirma que a primeira medida do governo Brizola nesta área, foi desativar a Cocea, uma companhia que centralizava a compra da merenda e na qual foi descoberto um esquema de corrupção, e compras superfaturadas, onde eram comprados alimentos de qualidade inferior e o preço repassado ao Estado era muito elevado.

O governo descentralizou a aquisição da merenda fazendo os cinco mil diretores das escolas abrirem contas no nome das Escolas, no Banco do Estado (BANERJ) e se responsabilizarem pela regularidade e qualidade das refeições. Com isso, foram redistribuídos por todos os municípios, e durante todo o ano, os recursos gastos com a merenda, aumentando a circulação de dinheiro, beneficiando os pequenos e médios fornecedores espalhados pelo Estado. O segundo passo, foi o acordo do Governo com produtores fluminenses para fornecer diariamente leite tipo B para as escolas da rede oficial, chegando a 500 mil alunos atendidos.

Todo o mobiliário escolar foi recuperado ou substituído através de doações e do trabalho de carpintaria realizado tanto pelas próprias comunidades quanto por instituições do Governo, como, por exemplo, o Desipe – Departamento do Sistema Penitenciário. Ao começar o ano letivo de 1983, o 1º do governo Brizola, a campanha *Mãos à Obra nas Escolas* foi desencadeada. No Rio de Janeiro as crianças conseguiram gratuidade para ir e voltar às escolas de 1º grau. Em 1983 havia um milhão de alunos na rede estadual e um déficit escolar de 700 mil. Em 1984, foram abertas mais 358 mil vagas e em 1985 pretendia-se zerar o déficit. No orçamento do Estado, a Educação passou de 14,5% em 84 para 18% em 85.

Cerca de 20 mil professores já haviam sido contratados nos dois anos de

4 ESPAÇO DEMOCRÁTICO. Em dois anos de governo, uma lição de trabalho e democracia. Rio.7/03/1985.

governo e outros milhares foram remanejados. O menor vencimento de um professor do Estado, mais a gratificação por regência, aumentou em até 273% em um ano.⁵ Para Darcy Ribeiro, Vice-Governador e ainda Secretário de Ciência e Cultura do Estado na época, o programa dos CIEPs era inédito no Brasil, apesar de programas similares serem comuns em vários países da Europa e alguns da América Latina. Darcy só encontrava ancestralidades no Brasil nas iniciativas de Fernando de Azevedo, em 1930, quando criou o Instituto de Educação e de Anísio Teixeira, que em 1935 implantou, na Bahia, as escolas-parques.

A previsão para 1985 é que estivessem prontos 60 CIEPs em todo o Estado até o fim do ano, sendo 24 no município do Rio e 36 no interior com capacidade para atender, cada um, a mil crianças. Segundo o próprio Darcy Ribeiro, em 86 seriam construídos mais 140 CIEPs totalizando 300 no final do mandato de Brizola. Para ele, um dos maiores problemas enfrentados pelos estudantes das escolas públicas era a repetência na primeira e quinta séries do primeiro grau. Para resolver esse problema, Darcy pretendia formar, nos colégios, três turmas diferentes: a dos novos, a dos repetentes e a dos renitentes – que já estavam na mesma série há três anos – e essas turmas deveriam ter, no máximo 15 alunos em cada classe.

No caso da quinta série o maior problema era o acúmulo de crianças mais velhas que acabavam repetindo por não se acostumarem a ter aula com mais de uma professora. Para isso seria criada a figura do *Professor Regente*, um educador experiente encarregado de orientar os outros professores.⁶ A esse *Professor Regente*, cabia a tarefa de facilitar o funcionamento da oficina de linguagem, onde as crianças terão um ditado que vai ajudá-las a ler um jornal, escrever um bilhete, coisa que Darcy acreditava ser possível a um aluno da quinta série do primeiro grau. Novos métodos seriam também utilizados para a alfabetização de jovens de 14 a 20 anos que faziam parte do Programa de Educação Juvenil, à noite.

Em 1985 haviam 150 mil analfabetos nesta faixa etária no Estado do Rio de

5 ESPAÇO DEMOCRÁTICO. CIEPs: educação integral para todos. 21/03/1985

6 Idem: Ibidem

Janeiro. Darcy afirmava ao jornal *Espaço Democrático* que esse programa visava propiciar aos jovens fluminenses, não só a integração com o mundo letrado em si, que poderia evitar os desvios de conduta social, como também haveria o atendimento na área de saúde, orientando-os para os problemas comuns da adolescência. Segundo Darcy, seria necessário ter uma psicologia especial para ensinar esses jovens a ler, pois eles tinham medo de se sentar em uma carteira depois de já terem ficado três anos ou mais sem avançar nos estudos.

Para estimular a aprendizagem seria utilizada a televisão e o vídeo, além das bibliotecas, com mil volumes. Darcy lembrava que para o Programa de Educação Juvenil seriam levados em conta tanto os padrões culturais, como as experiências individuais de cada alunos. Além da educação, os CIEPs se propunham também a prestar assistência médica aos seus alunos e à comunidade em geral. Aos alunos eram dadas noções de higiene e educação para a saúde. Darcy explica que as crianças funcionariam como canais de informações para o resto da comunidade. Os CIEPs seriam, portanto, ponto de contato médico. Os profissionais da saúde fariam uma triagem e os casos mais graves seriam encaminhados para a rede pública. Fechou-se na época um convênio com o Hospital Pedro Ernesto, da UERJ, de onde seriam aceitos cerca de 180 médicos e 180 enfermeiros como residentes por um ano e, depois, seriam incorporados aos quadros da Secretaria de Saúde.

Os CIEPs tem um espaço muito amplo, cerca de 10 mil metros quadrados, divididos em três módulos, para construir os primeiros CIEPs na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro e no interior do Estado, três construtoras foram contratadas, envolvendo cinco mil homens, incluindo 65 de nível superior, entre engenheiros e administradores. A particularidade deste projeto ficou mesmo por conta da fábrica de escolas, que garantiu a rapidez na instalação das novas escolas. Utilizando uma técnica nova na época, a argamassa armada para a fabricação de pilares e lajes pré-moldadas, já com o terreno preparado e detalhes dos projetos definidos, o prazo de construção de um CIEP é de quatro meses e meio.

Em cada Centro, eram montados 48 pilares e 176 lajes. O serviço mais

demorado é o de arremates, que exige atenção especial – o terraço, por exemplo, ganha tratamento de impermeabilização para evitar infiltrações. Até o fim de 85 se pretendia entregar mais 40 CIEPs e 300 no final do primeiro governo Brizola. Em cada um dos CIEPs, seriam oferecidas mil vagas, sendo 600 para o turno diurno, e atendendo o primeiro segmento do ensino fundamental – 1ª a 4ª série – e 400 para a noite. O projeto de Oscar Niemeyer previa um alcance social ainda maior, com a construção de dois apartamentos especiais, para alojarem, no máximo, 12 crianças. Eles ficariam no terraço do prédio principal e funcionariam como uma espécie de orfanato para crianças pobres e sem lar da comunidade. Essas crianças receberiam a orientação e assistência de casais selecionados nos diferentes CIEPs.

Todas as salas receberiam mobiliário adequado, com cerca de seis armários cada uma e carteiras escolares de acordo com a idade correspondente a cada série. Amplas janelas em esquadrias de alumínio, proporcionando ventilação, através das paredes vazadas das salas que, mesmo à noite, não seriam prejudicadas, pois a iluminação visava ser indireta, e fluorescente, fixadas em ancas de gesso. Cada CIEP dispunha de um castelo d'água com capacidade para 20 mil litros. O esporte também é agraciado no projeto dos CIEPs. Sendo previsto, para cada um deles, a construção de um ginásio com quadras polivalentes de vôlei, futebol de salão e basquete, com vestiários e arquibancadas.

Segundo o programa, essas atividades deveriam ser bastante incentivadas, durante todo o período em que o aluno permanecesse na escola. Em cada parede cega – sem janela – da biblioteca, ficaria uma estante. A sala, pelo seu próprio formato octogonal, buscava favorecer a melhor distribuição dos livros, bem como uma nova dimensão de espaço, podendo ser utilizado de diversas maneiras. Assim, esses três módulos projetados por Oscar Niemeyer compunham os 5,3 mil metros quadrados da área construída. Em fevereiro de 1985, atendendo a uma antiga reivindicação dos professores, o Conselho Estadual de Educação aprovou a nova grade curricular das escolas de segundo grau.

Também foi aprovada a proposta de abertura do critério de duração

hora/aula para os cursos noturnos. As aulas noturnas teriam maior flexibilidade e poderiam ter de 40 a 50 minutos de duração dependendo das necessidades de cada escola. O presidente do Centro Estadual de Professores – CEP – hoje SEPE, Godofredo Pinto – que posteriormente foi Prefeito de Niterói – aprovava as mudanças mas buscava a eleição direta para diretores em todas as escolas do Estado o que tradicionalmente é feito por nomeação do governador sem que os professores sejam ouvidos.⁷ Em março de 1985 foi realizado o maior concurso público jamais realizado no Brasil até aquele momento, tanto no número de candidatos como na complexidade de sua elaboração. 160 mil professores prestaram o concurso para preencher 15 mil 860 vagas na rede de ensino do Estado.

Neste concurso para o magistério, além do elevado número de candidatos, foram mobilizadas milhares de pessoas, direta ou indiretamente envolvidas na sua realização. Foram 3 mil 295 questões para 47 provas diferentes aplicadas em quase 4 mil salas de aulas de 350 diferentes localidades em todo o Estado. O concurso organizado pela Fundação Escola do Serviço Público – FESP – envolveu ainda 12 mil fiscais, cem viaturas e um helicóptero para emergência. Yara Vargas, secretária de educação à época, afirmava que o governo Brizola em 1984 já havia chamado cerca de 10 mil professores e estes quase 16 mil seriam necessários para ministrar aulas nos CIEPs que estavam sendo feitos e seriam entregues a partir daquele ano.

Segundo a secretária de educação, ao assumir o Governo do Estado, Brizola encontrou duas categorias distintas de professores: os contratados e os efetivos, com salários e direitos diferentes, e que ele não gostaria mais que esse fato se repetisse, prometendo a rápida chamada dos concursados daquele ano⁸. No dia oito de maio de 1985, inaugura-se o primeiro CIEP do Estado do Rio de Janeiro, no bairro do Catete, com o nome do Presidente recém-falecido, Tancredo Neves. Na cerimônia de inauguração o presidente recém-empossado, José Sarney se fez

7 ESPAÇO DEMOCRÁTICO. Democratização de currículo recebe apoio dos professores. 28/03/1985.

8 ESPAÇO DEMOCRÁTICO: Magistério do Rio: concurso recordista. 11/04/1985.

presente e manifestou interesse em repetir a experiência do Rio em todo o país. Darcy Ribeiro, Vice-governador à época, afirmava que os CIEPs seriam escolas que restaurariam a dignidade do ensino público e a democracia na educação.

Acrescentava que o governo Brizola procurava mudar a orientação pedagógica que havia construído um sistema educacional altamente injusto, uma rede escolar pública voltada para a criança da classe média, que tem casa, cadeira onde estudar e uma família para estudar com ela.⁹ Neste mesmo CIEP, em junho de 1985, foi feita uma matéria jornalística no jornal *Espaço Democrático* mostrando o que aconteceu ao longo do primeiro mês desde sua inauguração. O Programa Especial de Educação, que começou a ser implantado, na época, nos CIEPs com o primeiro CIEP Tancredo Neves, previa uma maior assistência médico-dentária para a utilização dos gabinetes para consultas dentro da própria escola, e neste primeiro CIEP, começou a se fazer um levantamento epidemiológico dentário para saber as necessidades das crianças e depois a indicação do tratamento apropriado.

A matéria no *Espaço Democrático* afirma que algumas observações já puderam ser feitas, como o alto grau de agressividade encontrada em quase todas as crianças, como um provável componente da cultura da comunidade em que vivem e das suas carências, necessitando, assim, de um acompanhamento pedagógico especial. Os professores, que lidavam com esses alunos o dia inteiro reconheciam essas dificuldades, como a coordenação motora, mas se diziam preparados para encarar a nova tarefa. A questão da alimentação sem dúvida se mostrava a melhor *atração* da escola.

Assim que chegavam, as crianças recebiam o desjejum, com leite, café ou chocolate, sanduíche ou biscoito. A maior parte delas ia de estômago vazio para a escola e este desjejum era, de fato, a sua primeira refeição. Cada turma ocupava uma mesa, acompanhado de sua professora, em horários escalonados entre 11 e 12 horas da manhã.¹⁰ O Programa de Nutrição Escolar atendia em 1985, a cerca de

9 ESPAÇO DEMOCRÁTICO. Sarney quer 'brizolão' em todo o Brasil. 16/05/1985.

10 ESPAÇO DEMOCRÁTICO: CIEP-Catete mostra uma nova realidade escolar. 27/05/1985.

um milhão e 200 mil alunos, em 3.559 escolas estaduais.

Ele surgiu após a intervenção decretada por Brizola na Cocea, em maio de 1983, determinando que os recursos financeiros fossem repassados diretamente a cada diretor de Unidade Escolar. Yara Vargas justificava a atitude do governador devido a sua sensibilidade com relação a nutrição da população infantil, e essa relação da subnutrição com os índices de reprovação e evasão escolar. O objetivo maior de uma ação de emergência a que se propunha o Estado era de proporcionar uma alimentação adequada ao aluno.¹¹ A descentralização, segundo Yara Vargas, teria dado resultados positivos porque abordou o barateamento dos custos, uma vez que a aquisição de gêneros, era feita de acordo com a safra.

Houve também, uma diminuição do índice de deterioração dos alimentos, tendo em vista que a aquisição levava em conta as condições de estocagem. E, o item mais importante além do aumento do índice de frequência às escolas, a secretária citou a melhoria na qualidade dos gêneros alimentícios, pois se usava apenas alimentos naturais, o que encerrava os casos de intoxicação alimentar ocorridos anteriormente devido aos alimentos industrializados que eram utilizados na feitura da merenda escolar.¹² O atendimento alimentar vai além do período regular de funcionamento das unidades de ensino.

Os alunos eram assistidos também em atividades extraclasse – cívicas, desportivas, recreativas, culturais – bem como nas férias e no projeto Turismo nas Escolas. Para atender o Programa de Nutrição Escolar, ainda em 1983, foram adotadas medidas emergenciais, que deram apoio à nova sistemática. Os recursos financeiros para a aquisição da merenda eram solicitados, por municípios, através da Coordenação de Nutrição Escolar, em ofícios, acompanhados das respectivas relações de crédito bancário, incluindo as listagens dos nomes de todas as escolas, nomes dos responsáveis pelos adiantamentos, matrículas, conta corrente e valor financeiro de cada estabelecimento. Os recursos, segundo Yara Vargas, vinham do

11 ESPAÇO DEMOCRÁTICO. Governo que faz escola ensina programa de nutrição escolar. 27/06/1985.

12 Idem: Ibidem.

Salário-Educação, do Fundo de Participação do Estado e de recursos originários do Tesouro Estadual. Apesar das acusações que eram feitas contra o Governo do Estado, de que, na época a rede comum de ensino estaria sendo relegada a condição de segundo plano por causa dos CIEPs, Yara Vargas argumentava que o orçamento para a reforma das unidades de ensino em 85 era da ordem de Cr\$ 12,3 bilhões, sendo que Cr\$ 450 milhões desse montante foram liberados em abril de 85 para atender 93 colégios em 19 municípios e Cr\$ 200 milhões para a restauração de 18 das 24 escolas de Volta Redonda.

Desde o início do Programa de Reparos e Obras em Escolas, em novembro de 84, já haviam sido reformadas 578 escolas das 3.482 da rede, o que equivalia a dois terços dos 64 municípios do Estado do Rio de Janeiro, num total investido de Cr\$ 1,2 bilhão.¹³ Desenvolvido pelas Secretarias de Estado de Educação e de Obras e Meio Ambiente, o objetivo do projeto era a realização de obras nos prédios escolares utilizando mão-de-obra da Empresa de Obras Públicas – EMOP -, e materiais de construção conseguidos através de campanhas de doação. A primeira etapa da campanha, iniciada em 4/7/1983, durou dois meses e foi constituída de uma visita a todas as escolas da rede estadual para atendimento de serviços básicos como limpeza e capina de terrenos, desobstrução da rede externa de esgotos, limpeza de caixas de inspeção, gordura e de fossa, serviços de instalação elétrica e hidráulica e plantio de árvores.¹⁴

Essa primeira etapa também permitiu uma avaliação mais precisa com relação à obra prioritária de cada escola e os materiais necessários para sua conclusão. A partir daí, a campanha passou para uma segunda fase, a da execução das obras, com o apoio técnico da EMOP, utilizando materiais doados às escolas por empresas ou entidades interessadas em contribuir. O projeto contava também com o apoio dos chamados órgãos paralelos, que participando integralmente, ajudam a resolver alguns problemas prioritários das escolas, como água e esgoto, resolvido

¹³ ESPAÇO DEMOCRÁTICO. Governo prova que reforma escolas. 4/7/1985.

¹⁴ Idem: Ibidem.

pela CEDAE (Companhia Estadual de Água e Esgotos) drenagem de rios e lagos, feita pela SERLA (Superintendência Estadual de Rios e Lagos), melhoria do acesso às escolas feita pelo DER (Departamento de Estradas e Rodagem) e ligação de rede elétrica feita pela LIGHT e pela CERJ (Companhia Estadual de Energia do Rio de Janeiro).

Além das doações de materiais de construção feitas por empresas, outras doações foram feitas através da realização de eventos como: shows, bazares, gincanas, feijoadas, peças de teatro, etc. Esses recursos eram transformados em tijolos, telhas, fios elétricos e aplicados basicamente em escolas carentes. Qualquer doação de material de construção era encaminhada a depósitos locais, geralmente sedes do Corpo de Bombeiros e utilizados conforme as necessidades. Segundo dados da coordenação do projeto, os problemas mais freqüentes eram, vidros quebrados, deficiência de drenagem, dificuldades de acesso, contaminação de caixas d'água e outros problemas que transformavam a recuperação das escolas num projeto muito difícil de ser colocado em prática.

O Governo Brizola procurou melhorar o funcionamento dessas escolas oferecendo instalações com boas condições para o aprendizado de 1º e 2º graus. Em julho de 83 chegava a 35% a proporção de escolas que precisavam de reformas inadiáveis nos telhados, nas estruturas, instalações elétricas e hidráulicas, dentre outros problemas. Apenas 15% apresentavam-se em bom estado de conservação. O Projeto Mãos à Obra nas Escolas, também promovia eventos para incentivar a criatividade das crianças, como no concurso estudantil realizado nas escolas da rede estadual, que no dia 20/06/1985 escolheu o melhor desenho que foi transformado no símbolo do projeto no seu segundo aniversário. Além de um prêmio em dinheiro o primeiro colocado teve sua escola completamente reformada pela campanha.¹⁵

Quando o governo Brizola completava cerca de dois anos e meio, uma pesquisa realizada pelo IBOPE (5/08/1985) mostrou que sua administração

15 Idem: Ibidem.

contava com alto índice de aprovação do povo fluminense. Esta pesquisa foi publicada em *O Globo*, jornal que fazia clara oposição a Brizola. A pesquisa indicava que sete entre dez cariocas das classes mais populares apoiavam o governo. Na ocasião, os CIEPs eram objeto de freqüentes matérias em jornais estrangeiros, incluindo o poderoso *The New York Times*, que aos CIEPs dedicou longa matéria em de 14/07/1985.¹⁶ Na pesquisa do IBOPE, no quesito situação da educação educação, oito em cada dez pessoas responderam que o governo Brizola vinha fazendo um bom trabalho (81,1% das indicações).

Em 15/08/1985, dando continuidade ao Programa Especial de Educação fundamentalmente nos CIEPs, começaram a ser instalados os núcleos familiares nestas escolas. Foram selecionados cerca de 96 casais, sendo dois para cada CIEP, que iriam residir e trabalhar na escola, juntamente com mais 12 crianças, para atender aos 48 CIEPs recém-inaugurados. A idéia era proporcionar segurança e manutenção das crianças na escola, além de educação e um lar para aquelas que por suas histórias de vida estavam afastadas de seus pais biológicos. Todos os casais eram oriundos da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros, onde foram previamente selecionados na sua corporação de origem.

Após esta pré-triagem, os casais eram entrevistados por uma equipe de técnicos, entre psicólogos, assistentes sociais, sociólogos e pedagogos. A partir dessas entrevistas, aqueles casais provavelmente elegíveis, foram convidados a comparecer à prova de seleção, realizada em julho de 85, tendo por lócus o campus da UERJ. A prova era baseada em situações concretas possíveis de acontecer numa família com 12 crianças.

Através da marcação de respostas certas ou erradas era avaliado o conceito de cada um, segundo sua visão de mundo, relacionamento familiar, temperamento, dentre outros fatores. Para a seleção dos casais foram seguidos alguns critérios, além de terem pelo menos um membro do casal fazendo parte ou da Polícia Militar

16 THE NEW YORK TIMES. In Brazil's New Schools The First Class is Breakfast. Nas novas escolas do Brasil a primeira aula é o café da manhã. 14/07/1985

ou do Corpo de Bombeiros.¹⁷ Por exemplo, a esposa deveria ter no mínimo o primeiro grau e o marido até o segundo grau. Depois da prova, o grupo de casais passou por um treinamento de três dias, na UERJ, com painel de atividades que incluiu a visita ao CIEP acompanhados por um engenheiro de obras.

Essa visita tinha como objetivo familiarizá-los com a rotina e toda a estrutura do CIEP, como abastecimento de água, sistema de caldeiras e o funcionamento geral dos equipamentos, juntamente com o apoio de um manual de instrução. Passado o treinamento, os casais faziam exames médicos e organizavam toda a documentação necessária para ir residir nos CIEPs. O propósito de selecionar casais onde pelo menos um dos cônjuges pertencesse da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros teve o objetivo de colocar em cada CIEP um bombeiro e um PM.¹⁸

Esses profissionais poderiam exercer funções administrativas específicas e apesar de continuarem ligadas as suas corporações, tinham a responsabilidade de zelarem pela segurança do CIEP. Poderiam ainda, participar de atividades com o pessoal de apoio, como na cozinha, a ser definida pela direção da escola. As mulheres das praças seriam contratadas por um salário mínimo, tendo direito a um mês de férias a ser gozada durante as férias escolares. A mulher teria a função de guarda e acompanhamento das crianças como uma “mãe social”, seria responsável pela frequência das crianças à escola, reuniões de pais, etc. A Fundação Estadual de Educação ao Menor – FEEM – ficava responsável pelo acompanhamento da seleção dos casais e também das crianças, devido à sua experiência quanto ao relacionamento familiar. Neste sentido, a FEEM, estaria selecionando crianças que pertencem à comunidade onde estivesse instalado um CIEP. As crianças deveriam pertencer à faixa etária correspondente ao ensino de primeiro grau, já que iam estudar e se alimentar na própria escola. Através de seus diversos núcleos, espalhados pela região metropolitana, a FEEM, buscava desenvolver estudos de crianças que apresentassem problemas na comunidade, se a família passasse por

17 ESPAÇO DEMOCRÁTICO. Estado instala núcleo familiar nos CIEPs. 15/08/1985.

18 Idem: Ibidem.

um problema de doença ou algum outro, essa criança poderia ir para o CIEP, estudar e residir nele tranquilamente até que a sua situação familiar se resolvesse por completo.

Neste sentido, os CIEPs poderiam se tornar um apoio à organização da comunidade, sem estimular a internação das crianças, na medida em que haveria rotatividade de crianças, salvo os casos de exceção, quando elas não têm para onde ir. O nome desse programa era *Alunos residentes nos CIEPs*.¹⁹ As *Casas da Criança*, foram projetadas pelos arquitetos, Oscar Niemeyer e João Filgueiras Lima e apresentavam uma curiosidade que dava a idéia de liberdade ali pregada: elas não possuíam janelas e todas as portas eram colocadas duas a duas. Ao ser aberta, uma de costas para a outra, dão a impressão de que a obra não possui esses acessórios.

As próprias paredes internas que dividem uma sala da outra – havia salas de repouso, recreação, atividades e refeitórios – não têm o mesmo comprimento das áreas utilizadas. Isso, somado ao fato das portas permanecerem constantemente abertas, das 8 às 18 horas comprovando que o espaço físico estava integrado à didática ali empregada: a da abertura. A Fábrica de Escolas, responsável pela construção dos CIEPs, chegou a ser sondada, na época, para passar seus conhecimentos técnicos para outros Estados. O projetista e coordenador da Fábrica de Escolas, arquiteto João Filgueiras de Lima, recebeu um convite do Governador de Brasília de então, José Aparecido de Oliveira, para implantar no Distrito Federal uma usina de argamassa armada igual à existente no Rio de Janeiro. Vários Estados demonstravam interesse nesse projeto, através de seus respectivos secretários de educação como o Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Paraná e Maranhão.²⁰

Em meados de 85, a fábrica trabalhava com força total, superando sua capacidade máxima. Produzindo uma escola e meia por dia, numa jornada de turno

19 Idem: Ibidem.

20 ESPAÇO DEMOCRÁTICO. Fábrica de Escolas é sucesso fora do Rio e exporta tecnologia. 22/08/1985.

único. Além disso, produzia, em caráter experimental, uma casa comunitária, para atendimento às mães, 10 postos de saúde, 10 abrigos de paradas de ônibus, sedes administrativas, fossas sanitárias, muros de arrimo e reservatórios de água para 12 mil litros. Com o êxito alcançado a fábrica de escolas teve que ser duplicada, visando atingir uma produção diária de 600 metros quadrados de argamassa, equivalente a três Casas da Criança por dia. A partir daí, todos os projetos poderão ser plenamente desenvolvidos sem interferir nos trabalhos em andamento, visando a execução conforme os prazos determinados.²¹

Além da Fábrica de Escolas o governo Brizola, criou a Fábrica de Móveis, que buscava atender às necessidades de manutenção e reposição de material escolar de toda a rede pública de ensino. A fábrica foi instalada em Santa Maria Madalena, interior do Estado e que poderia oferecer aos alunos da região, cursos profissionalizantes de carpintaria, marcenaria, malharia, agricultura etc. A fábrica poderia recuperar e produzir, a custos considerados bem inferiores, o mobiliário escolar para a Secretaria Estadual de Educação ocupar.

A mão de obra ociosa do local poderia ocupar as vagas de instrutores profissionais, devidamente remunerados. No mês de agosto de 1985, foi publicada no jornal alemão *Der Spiegel*, uma matéria transcrita do *Espaço Democrático*, com o título, traduzido, “CIEP'S talvez uma das concepções mais revolucionárias na área da educação do terceiro mundo.” A matéria destaca o esforço do governo Brizola para construir e entregar as escolas em muito curto espaço de tempo, de implementar os programas rapidamente e dá um panorama do que acontecia dentro de algumas unidades, então recém-inauguradas. Destacava também que tal iniciativa era um ataque frontal a miséria em que a maioria das crianças que as freqüentavam se encontrava.

A reportagem citava, ainda, críticas ao programa feitas por jornais que classifica como *conservadores*, entre eles *O Estado de São Paulo*, que chamava os CIEPs de *obras faraônicas*, observado que, na verdade, a oposição ao governo

21 ESPAÇO DEMOCRÁTICO. Êxito força ampliação da Fábrica de Escolas. 29/08/1985.

Brizola se via surpreendida por programa tão meticulosamente preparado e pelo correto planejamento financeiro, passando a atacá-lo pois temerosa da crescente popularidade de seus realizadores. Na festa de comemoração de um ano da inauguração dos CIEPs, realizada na Passarela do Samba, Brizola afirmava que as arrecadações dos dois últimos carnavais tinham sido suficientes para pagar a construção de todos eles, e que a nova meta de sua ampliação envolvia a construção de cozinhas, refeitórios e ginásio de esportes cobertos.

Já Darcy Ribeiro, em seu emocionado discurso, disse que educação popular era algo que o comovia, e que poder ver, ao lado de Brizola, cerca de 6 mil crianças que estudavam em CIEPs, reunidas num espaço também dedicado ao samba, era fantástico.²² Além da revista *Der Spiegel*, da Alemanha e do jornal *New York Times*, dos Estados Unidos, o *Times*, da Inglaterra também reservou espaço para noticiar os feitos do governo Brizola na educação do Estado do Rio de Janeiro.

Em 10/09/1985, o Vice-governador, Darcy Ribeiro e a Secretária Estadual de Educação, Yara Vargas, recebiam uma comitiva de professores da então Alemanha Ocidental que vieram ao Brasil conhecer os CIEPs. Os representantes alemães já tinham participado de experiências semelhantes na própria Alemanha e na Nicarágua, além de um projeto de educação juvenil em Nuremberg. O professor Jürsen Zimmer, catedrático da Universidade de Berlim e o Dr. Herman Glaser, Secretário de Educação de Nuremberg na época, pretendiam levar a Unesco um relatório contendo as características do Programa Especial de Educação, no intuito de mostrar aos técnicos dessa organização mundial o que estava chamando a atenção de educadores em várias partes do mundo.²³

O encontro ocorreu na biblioteca do CIEP Grande Rio, em São João de Meriti. Na ocasião, Darcy Ribeiro, explicou aos alemães em que consistia o programa – desde o processo de construção das escolas, sua implantação, até a filosofia

22 ESPAÇO DEMOCRÁTICO. CIEP pioneiro faz um ano com festa na Passarela do Samba. 12/09/1985.

23 ESPAÇO DEMOCRÁTICO. Alemães e africanos visitam Rio para conhecer 'Brizolões'. 26/09/1985.

pedagógica, adotada nos métodos de ensino. Explicou, também, aos visitantes que as escolas, desde o início foram planejadas nos mínimos detalhes, visando proporcionar aos alunos todos os recursos indispensáveis para um bom rendimento escolar, e manifestando apreensão que viria a se concretizar, que temia que os reacionários assumissem o governo e desmobilizassem o que havia sido construído até o momento.

Um grupo de educadores africanos também esteve no Rio neste período, visitando o CIEP Grande Rio e a Fábrica de Escolas. Estes educadores representavam, respectivamente, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Moçambique e Cabo Verde. Eles solicitaram informações minuciosas sobre todo o Programa Especial de Educação e quiseram saber mais sobre o horário integral. A coordenadora da implantação dos CIEPs na rede estadual de ensino, Ricamar Maia, explicou que as atividades culturais e esportivas tornavam mais atraentes as nove horas que os alunos passavam diariamente nos CIEPs.²⁴ Para 1986, o Governo do Estado previa gastar 20,5 por cento da receita líquida do Estado com educação.

Esse percentual representava, à época Cr\$ 3,5 trilhões a serem aplicados na terceira etapa do Programa Especial de Educação, prevendo a construção de 140 CIEPs, em 86. Segundo Cibilis Viana, Secretário de Governo na época, essa parcela destinada à educação é tão elevada, porque previa o funcionamento total dos 300 CIEPs prometidos em campanha, além da reforma da rede escolar já existente e a contratação de 18 mil professores. Ainda de acordo com Cibilis Viana o investimento no setor educacional, previsto para 1986, equivaleria a 47% da arrecadação de impostos, muito acima, dos 25% que estabelecia a lei federal.²⁵ Com a inauguração e funcionamento do Programa Especial de Ensino, através dos CIEPs, uma nova atividade entrou em cena: o animador cultural.

Ele não era um professor de educação artística, quase sempre não era professor e nem exercia função burocrática. Eram dois animadores culturais por

24 Idem: Ibidem.

25 ESPAÇO DEMOCRÁTICO. Educação fica com mais de 20 por cento do orçamento RJ-86. 10/10/1985.

cada CIEP e tinham a função de unir a educação formal com a cultura popular. Ou seja, fazer a estreita relação entre a escola e a comunidade. É tarefa principal do animador cultural era fazer emergir, em cada CIEP, as cores e os tons do bairro a que pertencia, através de serviços que pudessem ser prestados por instituições, oficiais ou não. No trabalho cotidiano dos CIEPs, o animador cultural exerce uma ativação cultural permanente, com estímulo à criação de oficinas de arte e ofícios, e a pesquisa do patrimônio histórico.

Os animadores culturais eram convocados por análise de currículo e entrevistas pelo Departamento de Cultura do Estado, e vinham, na maioria das vezes, de grupos de teatro, de música, de poesia, de movimentos que se criam espontaneamente e de associações comunitárias. Eles atuavam, basicamente, junto aos moradores que viviam próximos aos CIEPs, estimulando-os a se aproximarem da escola e virem ocupá-la nos fins de semana, junto com os alunos, incentivando festas, brincadeiras, atividades extracurriculares e junto aos professores, procurando integrar-se ao seu programa de ensino.

Eram os animadores, por exemplo, que sistematizavam a cessão do espaço do CIEP para a comunidade; que ajudavam na promoção de trabalho que iam desde a reunião de alcoólicos anônimos, nos sábados, até um forró, no domingo, passando pelas festas do calendário escolar (comemoração da primavera, da semana da consciência negra etc). Alguns se vestiam até de palhaços para animar as crianças. Outros cultivavam horta e jardins, e terceiros tentavam traçar, com os alunos e pais, a memória do bairro em que viviam. Cecília Conde era Coordenadora da Divisão de Animação Cultural do Estado na época, e explica que embora ainda não existisse a função oficial de animador nos quadros do Estado, ele era remunerado pelo Programa Especial de Educação, através do sistema de prestação de serviços.²⁶

Quanto à regulamentação trabalhista, a coordenadora afirmava que o Vice-Governador Darcy Ribeiro tinha interesse em achar uma fórmula para inserir o novo

26 ESPAÇO DEMOCRÁTICO. CIEP mantém animador cultural. 26/12/1985.

cargo nos quadros do Estado em 1986, por meio de concurso. E estes animadores culturais haviam sido importantes pólos de resistência no período de obscurantismo da ditadura e tiveram boas experiências artísticas anteriores. Eles trabalhavam em média, 20 horas por semana e eram profundamente ligados aos locais onde atuavam. Muitos deles, inclusive, já agiam nessas comunidades muito antes da presença dos CIEPs nelas.

Não era casualidade então, a importância da educação expressa no Programa do Partido Democrático Trabalhista (PDT), legenda fundada e comandada por Brizola até a sua morte em 2004. O primeiro compromisso era com as crianças e jovens do país. Assistir desde o ventre materno, alimentar, escolarizar, acolher e educar todas as crianças no nosso país, com igualdade de oportunidades para todos. Salvar as crianças e adolescentes do estado degradante de miséria em que muitos se encontravam era visto como promover a própria salvação nacional. Como medida de emergência, asseguraria gratuitamente a todas as crianças, até dois anos de idade, um litro de leite diário.

Isto foi assinado no dia 26 de maio de 1980 pelos líderes fundadores do Partido: Leonel Brizola; Armindo Marcílio Doutel de Andrade; Lidovino Antônio Fanton; Alceu de Deus Collares; José Frejat; Benedicto Cerqueira; Suzana Thompson Flores Pasqualini; José Guimarães Neiva Moreira; Antônio Guaçu Dinaer Piteri e Darcy Ribeiro. Uma cúpula de intelectuais e políticos que se mostrava preocupada com a miséria cultural que afundava mais e mais o País na lama da repressão e da ignorância. O autoritarismo, mediante a tirania, tentou vedar todos os possíveis caminhos para o conhecimento, atacando diretamente no que de mais fraco tem o ser humano: o seu sistema nervoso. Desde a sua fundação que o propósito do PDT era trabalhar pela chegada ao poder com uma agenda onde estivessem arroladas as preocupações básicas e essenciais do povo brasileiro, constando no centro destas preocupações a educação. Brizola, Darcy Ribeiro e outros membros do partido assumiram esse ponto do Programa como um compromisso em sua plenitude. A postura adotada se encaixa como uma luva à

premissa de Paulo Freire, para quem o ensino, *não deveria ser privilégio de alguns homens somente, mas direito de todos os homens.*²⁷

27 FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido: 34.

Conclusão

Este trabalho procurou chamar a atenção para o fato de que a educação popular, apesar do descaso com que as elites políticas e as classes dominantes do país têm tratado o assunto, foi objeto de preocupação por parte de alguns poucos políticos e intelectuais comprometidos com as chamadas causas populares. Nesta situação estão Manoel Bomfim e Leonel Brizola. Atores sociais que pela importância de sua defesa e contribuição a causa da educação popular, por diferentes prismas, tiveram suas propostas e práticas aqui consideradas. O primeiro é nordestino natural de Sergipe e descendente de prósperos proprietários rurais e, o segundo, sulista natural do Rio Grande do Sul, nascido em família também de produtores rurais, só que empobrecida pelo assassinato da cabeça do casal – pai de Brizola.

Bomfim e Brizola pensamos que inclusive por se contraporem as posturas elitistas e classistas dominantes, ao defenderem investimentos maciços na educação popular foram objeto de críticas e discriminações no campo intelectual e político de suas respectivas épocas.

Bomfim permaneceu, até o fim da década de setenta, do século passado, um *ensaísta esquecido*¹, agora redescoberto e estudado em vários campos do pensamento como na psicologia, na pedagogia, na história, na sociologia e na ciência política. Apesar de que, muito revistado, tem sido mal interpretado também, com alguns estudiosos descolando o autor do período histórico em que escreveu ou deixando de lado outros aspectos de sua produção acadêmica, por pressa ao desenvolver suas conclusões, ou por interesse mesmo de não levar seus leitores a compreensão global do pensamento bomfiniano.

Ele mesmo, Bomfim, sofreu perseguições em sua vida acadêmica – vide o episódio com Sílvio Romero - , reconsiderou algumas de suas posições,

1 ALVES FILHO, A. *Pensamento político brasileiro: Manoel Bomfim – um ensaísta esquecido*, 1979.

principalmente na questão de acreditar em *América Latina: males de origem*, que poderia vir da elite a solução para os problemas do país quando esta se conscientizasse da importância da educação popular.

E já quase três décadas depois, em *O Brasil na História*, Bomfim não demonstrava mais nenhuma confiança na resolução dos problemas do povo pela elite, propondo então uma revolução dos trabalhadores, no que foi posteriormente interpretado por importantes intérpretes de seu pensamento como uma influência marxista clara em sua posição.² Brizola também sofreu vários tipos de perseguições políticas, críticas agressivas na mídia em diversos períodos, ameaças de prisão e morte durante a ditadura militar. Tudo isso desde que encampou empresas estrangeiras como governador do Rio Grande do Sul, passando pela construção das *Brizoletas* no mesmo Estado, na Campanha da Legalidade quando se tornou voz importante de resistência contra um golpe que teria precedido o de 64, em 1961. Também no episódio do próprio golpe de 64 quando continuou tentando resistir até se ver obrigado a fugir do país e ter que viver no Uruguai.

Na sua volta ao Brasil na anistia em 79, continuou a ser achincalhado na imprensa como o caudilho velho a quem não se pode acreditar que tenha mudado de opinião com a idade, quando resolveu disputar, e ganhar, a eleição para Governador do Rio em 82, contra as Organizações Globo e a Proconsult, empresa contratada por esta para fazer uma *apuração paralela* e influenciar o resultado oficial. Durante o seu primeiro mandato enfrentando boa parte da mídia e também a desconfiança do general Figueiredo, último militar na presidência, e a partir de 85 as perseguições do governo Sarney ao qual, Brizola veementemente denunciou e marcou oposição, graças, principalmente ao fracasso de seus planos econômicos, cruzado I, cruzado II e Bresser Pereira. No caso do plano cruzado cabe aqui ressaltar a pronta reação de Brizola ao perceber as reais intenções do plano econômico colocado então em vigor. Na noite de seis de março de 1986, uma

2 Vide, por exemplo, a opinião do professor Ronaldo Conde Aguiar na biografia sociológica escrita por ele e já citada no presente trabalho.

quinta-feira, Brizola, foi ao rádio e a televisão, em cadeia nacional para fazer uma importante denúncia: o Plano Cruzado constituiria uma imprudência que, fatalmente, levaria o país ao caos econômico e à miséria social. Os mais prejudicados seriam os assalariados, os produtores agrícolas e os pequenos e médios empresários.

Durante 35 minutos do programa do PDT, de uma hora, no horário garantido pela Justiça Eleitoral, Brizola disse que apoiava a decisão sobre o congelamento de preços e outras medidas, ali incluídas, que considerou positivas. Fez, porém, duras críticas ao pacote, que acusou, no todo, de enganador e de confiscar os salários dos trabalhadores para concentrar ainda mais a renda e só beneficiar os grandes grupos econômico-financeiros – nacionais e estrangeiros.³ Segundo De Oliveira as causas dos que o atacam injustamente são bem conhecidas: ao longo de sua fecunda trajetória política, ele sempre combateu a direita representada pelo conservadorismo anacrônico que governava o país.

Pois as *nossas classes dirigentes e privilegiadas, apesar de extremamente minoritárias, detém o poder político, econômico e o de comunicação.*⁴ Por conseguinte, seus poderosos veículos de informações, ou a chamada grande imprensa, eram os principais instrumentos da campanha de difamação, tentativa de descrédito e desmerecimento contra Brizola.

Enfim, toda a divisão que se fomentou entre as esquerdas, principalmente entre o PT e o PDT, o que inviabilizou sua ida para o segundo turno das primeiras eleições diretas para presidente em 89. Passando por sua segunda estada no Palácio das Laranjeiras de 91 até 94 quando tenta de novo ser presidente perdendo inclusive para Enéias, ficando em quinto lugar. Passa a ser visto como antigo, ultrapassado, acabado, anacrônico, senil e necessitado de uma aposentadoria política, a qual, nunca cogitou ficar. Estes epítetos, colocados em sua pessoa pela grande mídia e grupos conservadores, fizeram com que boa parte da população que

3 LEITE FILHO, F. C. *Brizola tinha razão*, 1987: 13

4 DE OLIVEIRA, B. *Brizola e o Estado Brasileiro perante a história*, 1989: 2

antes votava nele em grande número, transferisse seus votos para outros candidatos e fizessem amargar derrotas para Presidente, – vice na chapa de Lula em 98 – Prefeito, em 2000 e Senador em 2002. Não importava, Brizola continuava na luta, denunciando os problemas do Brasil e controlando seu partido, isto até sua morte em 2004.

Referências Bibliográficas

ALBERDI, Juan Batista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1981.

ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político brasileiro: Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

ARGUEDAS, Alcides. *Obras completas*. 2 vols. Madrid: Aguilar, 1959.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

_____. O progresso pela instrução. In: Medeiros e Albuquerque, Américo Xavier, Sérvulo Lima e Manoel Bonfim. *Discursos*. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Profissional, 1904.

_____. *Lições de Pedagogia: theoria e prática da educação*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926.

_____. *O Brasil Nação – Realidade da Soberania Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. e BILAC, Olavo. *Atravéz do Brasil. Narrativa. Prática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

_____. Na contracorrente do Naturalismo: relações sociais na interpretação do Brasil de Manoel Bonfim. *Temáticas*. Campinas, IFCH-UNICAMP, ano 11, número 21-22, 2003: 75-100.

<http://www.ifcs.ufrj.br/~nusc/ANDRE.HTM> acesso em 11/09/2008.

BUNGE, Carlos Octávio. *Estudios filosóficos*. Buenos Aires: La cultura argentina, 1919.

CONDE AGUIAR, Ronaldo. O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 1998.

DE OLIVEIRA, Basílio. *Brizola e o Estado Brasileiro perante a história*. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1989.

EMÍLIA PRADO, Marília. A questão nacional, a identidade cultural e o passado colonial brasileiro. Manoel Bomfim e uma interpretação do significado das raízes ibéricas. *Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe (EIAL)*. Tel Aviv, volume 16, Nº 2, julho – dezembro 2005.

<http://www.tau.ac.il/eial/current/prado.html> acesso em 15/08/2008.

FRANCESCONI BORGES, Roselânia e BOARINI, Maria Lúcia. A pedagogia de Manoel Bomfim: uma proposta higienista na educação. Faculdade de Educação à Distância – FAGED-, Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Uberlândia, 2005.

http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/429RoselaniaBorges_e_MariaBoarini.pdf acesso em 20/08/2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

KOSHIYAMA, Alice. *Monteiro Lobato: Intelectual, Empresário, Editor*. São Paulo: T a queiroz, 1982.

LEITE FILHO, FC. *Brizola tinha razão*. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, 1987.

_____. *El caudillo: Leonel Brizola, um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008.

MONTEIRO SANTOS, C. e DE OLIVA. As multifaces de Através do Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol 24. nº48, Dezembro, 2004.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200005 acesso em 13/08/2008.

QUADROS, Claudemir de. *As Brizoletas cobrindo o Rio Grande*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria (RS), 2002.

RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

_____. *As Américas e a Civilização: Processo de Formação e Causas do Desenvolvimento Cultural Desigual dos Povos Americanos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. *Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. *Os Brasileiros: 1. Teoria do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

_____. *Maíra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *O Mulo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. *Utopia Selvagem: Saudades da Inocência Perdida, uma fábula*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. *Nossa escola é uma calamidade*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____. *Aos Trancos e Barrancos*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. *O Dilema da América Latina: Estruturas de Poder e Forças Insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

_____. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROUSSEAU, JJ. *Emílio ou Da Educação*. Miraflores: Difel, 1979.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Imprensa

ESPAÇO DEMOCRÁTICO. Muitas novidades marcam volta às aulas para crianças do Rio. 7/03/1985.

_____. Em dois anos de governo, uma lição de trabalho e democracia. 21/03/1985.

_____. CIEPs: educação integral para todos. 21/03/1985.

_____. Democratização de currículo recebe apoio dos professores. 28/03/1985.

_____. Magistério do Rio: concurso recordista. 11/04/1985.

- _____. Sarney quer 'brizolão' em todo o Brasil. 16/05/1985.
- _____. CIEP-Catete mostra uma nova realidade escolar. 27/05/1985.
- _____. Governo que faz escola ensina programa de nutrição escolar. 27/06/1985.
- _____. Governo prova que reforma escolas. 4/7/1985.
- _____. Estado instala núcleo familiar nos CIEPs. 15/08/1985.
- _____. Fábrica de Escolas é sucesso fora do Rio e exporta tecnologia. 22/08/1985.
- _____. Êxito força ampliação da Fábrica de Escolas. 29/08/1985.
- _____. CIEP pioneiro faz um ano com festa na Passarela do Samba. 12/09/1985.
- _____. Alemães e africanos visitam Rio para conhecer 'Brizolões'. 26/09/1985.
- _____. Educação fica com mais de 20 por cento do orçamento RJ-86. 10/10/1985.
- _____. CIEP mantém animador cultural. 26/12/1985.

THE NEW YORK TIMES. In Brazil's New Schools The First Class is Breakfast. Nas novas escolas do Brasil a primeira aula é o café da manhã. 14/07/1985.

Documentos

IBGE. População Residente, por situação do domicílio e por sexo – 1940-1996.
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm acesso em 13/10/2008.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)